



De que Brasil e de que Amazônia o mundo precisa ?

Série CADERNOS DE PROPOSIÇÕES

Rio de Janeiro
Maio de 2008

Seminário organizado
pelo Fórum para uma nova Governança Mundial
e pelo Ibase

FⁿGM 
Fórum para uma nova Governança Mundial

iBase

De que Brasil e de que Amazônia o mundo precisa ?



Fórum para uma nova Governança Mundial
Ibase
Novembro de 2008

TRADUTORES:

Ana Guanabara (francês-português)
Peter Lenny (português-inglês)
Marina Urquidi e Kimberly Bliss (francês-inglês)

RELEITURA:

Pascale Naquet

ICONOGRAFIA: Dominique Monteau

As fotos foram feitas por fotógrafos brasileiros da Amazônia.

Foto capa: Miguel Chikaoka

PROJETO GRÁFICO: Patrick Lescure

IMPRESSÃO: Publicado no Brasil pelo Ibase

info@world-governance.org



Atribuição – Uso Não-Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.0/fr/deed.pt>

Rio de Janeiro
Maio de 2008

Seminário organizado
pelo Fórum para uma nova Governança Mundial
e pelo Ibase

APRESENTAÇÃO

Sumário

Apresentação

Gustavo Marin 5

Introdução: Que Brasil e que Amazônia podemos construir e o mundo precisa?

Cândido Grzybowski 7

Relatório do seminário

Patrick Piro 15

I. Taras hereditárias, problemas urgentes, questões emergentes 16

II. « Atores » que escapam dos perfis convencionais 19

III. Rumo a um novo modelo de civilização 22

Anexos:

1. De que Amazônia estamos falando? 29

2. Uma Amazônia internacional ? 30

3. Fórum Social Mundial 2009: A Amazônia nos convoca a renovar nosso compromisso para um outro mundo possível (FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) 31

Posfácio: A Amazônia e a governança mundial

Arnaud Blin 34

Metodologia e cartografia conceitual 42

Lista dos participantes 46



Foto: Idua ©

Ao longo da história, certas cidades, regiões ou territórios adquirem uma importância particular, tornando-se lugares onde pode ser decidido o destino de um povo, de uma sociedade, e até mesmo da Terra inteira. A Amazônia é, sem dúvida, um desses espaços. Ela concentra as contradições essenciais de nossa época: este oceano de vegetação, pulmão do nosso planeta, território imenso atravessado pelo rio mais longo do mundo, está assolado pelo desmatamento selvagem, pela mineração predadora e pela urbanização caótica. Recortada por Estados–Nação que não levam em conta o curso dos rios, o habitat das comunidades humanas e a extensão das florestas, a Amazônia permanece fragmentada por fronteiras que não acompanham o sentido dos ventos novos de um mundo globalizado. Mesmo se os povos que a habitam conseguiram conservar o potencial da biodiversidade que os cerca, a Amazônia sofre de uma “má” governança, estando desprovida de uma gestão coletiva e coerente de seus recursos. Mais grave ainda, ela é o terreno de violações recorrentes dos direitos humanos, cujas primeiras vítimas são seus habitantes mais pobres e mais humildes.

Se a Amazônia concentra tantos perigos, não somente para seus habitantes, mas também para o equilíbrio ecológico do planeta, ela representa igualmente um território de vida e de porvir. Nada está perdido de antemão. No alvorecer do século XXI, ela poderá se tornar um desses lugares essenciais onde a humanidade encontrará os recursos biológicos, políticos e culturais para uma nova relação com a biosfera e um novo relacionamento entre os povos, fundados na dignidade e na solidariedade. A Amazônia pode representar o terreno fértil para uma verdadeira escola de “boa” governança, se ela for tratada como um bem comum e precioso, em primeiro lugar pelos brasileiros, cujo território compreende cerca de 65 % da superfície amazônica, em seguida pelos povos dos países sul-americanos que a cercam, mas também por todos os habitantes da Terra. Apesar das dificuldades, a Amazônia é certamente um dos espaços onde se inventam os novos mecanismos de uma governança responsável, eficaz e legítima.

É por esta razão que, conjuntamente com Cândido Grzybowski, diretor do Ibase, tomamos a iniciativa de organizar, em maio de 2008 no Rio de Janeiro, o primeiro seminário do Fórum para uma nova Governança Mundial, em torno da questão “De que Amazônia o mundo precisa?”. Este seminário recebeu o apoio da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem, instituição suíça independente que se dedica à mobilização dos conhecimentos e das experiências para enfrentar os desafios maiores de nossa época.

A presente publicação reúne três documentos : o texto de base redigido por Cândido Grzybowski, o relatório do acima referido seminário exposto por Patrick Piro, jornalista para *Politis* (França), e o posfácio escrito por Arnaud Blin, coordenador do Fórum para uma nova Governança Mundial, com o objetivo de estabelecer relações entre as propostas elaboradas durante o seminário e a governança mundial.

Agradeço profundamente a Cândido e à excelente equipe do Ibase. Seu engajamento permitiu reunir vários membros do comitê fundador do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, os animadores do próximo Fórum Social Mundial que se realizará em Belém (Amazônia) em janeiro de 2009, os responsáveis de fundações, redes, ONGs, assim como pesquisadores da rica sociedade civil brasileira. A lista dos participantes se encontra no fim desta publicação.

Gustavo Marin
Diretor do Fórum para uma nova Governança Mundial

INTRODUÇÃO

Que Brasil e que Amazônia podemos construir e o mundo precisa?

Cândido Grzybowski

Vivemos um momento crucial para a humanidade. Apesar das trincheiras de resistência que se forjam nas diferentes sociedades do Planeta Terra, de sua articulação em coalizões e redes do local ao mundial, prevalecem relações, estruturas, processos, interesses e forças, ideologias, todos muito poderosos, homogeneizadores e excludentes, que intensificam a globalização capitalista. Na prática, persistem formas de poder e de economia que destroem as bases naturais da vida, concentram riqueza e poder nas mãos de poucas corporações globais, geram mais exclusão, violência. Para onde vamos? Como construir um outro mundo, de justiça social e sustentabilidade? De igualdade na diversidade social e cultural? De direitos e responsabilidades, com solidariedade do local ao mundial? De participação democrática e poder cidadão?

É com tal perspectiva – “mundialista” e, ao mesmo tempo, muito enraizada no local, onde de fato podemos exercer plenamente a nossa cidadania – que levanto alguns pontos de reflexão. São esboços, esforços de construção de questões para um processo de análise, de trocas e confrontos entre parceiros que comungam nos mesmos valores, no espírito que nos anima a estar juntos no processo Fórum Social Mundial. É com certo pragmatismo também, pois temos o desafio concreto de realizar o Fórum Social Mundial na Amazônia, em janeiro de 2009. Trata-se de pensar o Brasil e a Amazônia com uma perspectiva mundo, e de pensar o mundo com uma perspectiva que parta do Brasil e da Amazônia, com seus povos e sua biodiversidade.

Sociólogo, Diretor do Ibase, uma das organizações mais influentes da sociedade civil brasileira, fundada por Betinho. Cândido é um dos membros do comitê brasileiro que lançou o Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001, e, desde então, é um dos pilares deste importante acontecimento da sociedade civil com escala mundial.

I. A “desordem” global: como enfrentar a crise de civilização?

Somos parte de um mundo ameaçado neste início de século XXI. Após três décadas de feroz globalização econômico-financeira, com desregulações de todo tipo em nome do livre mercado, duas décadas depois da queda do Muro de Berlim e do fim da ordem bipolar da guerra fria, estamos diante de desafios com escala planetária. A globalização capitalista completou e radicalizou a interligação entre as diferentes sociedades do mundo, de tal forma que hoje somos inteiramente dependentes uns dos outros, pois o que é feito num lugar impacta de formas diferentes todos os outros povos e habitats do planeta. Ao mesmo tempo, nunca estivemos tão conscientes de que assim não dá para continuar. No entanto, continuamos... Até onde?

Penso que a crise desafiante diante de nós tem no centro, agora sem máscaras ideológicas, o ideal de desenvolvimento das sociedades, uma visão de progresso sem limites baseado num modelo industrial-produtivista-consumista, no capitalismo e no socialismo, na direita e na esquerda, que não traz nem bem estar, nem sustentabilidade. Ou melhor, traz bem estar para uns em detrimento de outros, padrão de produção e consumo que o Planeta Terra não suporta, modelo de sociedade que leva à concentração em mãos de poucos e à exclusão de muitos, com violência, terror e guerra.

Os Estados-Nação e os arranjos multilaterais montados, especialmente no pós Segunda Guerra Mundial, já não dão conta do que se passa no mundo. No vazio, o belicoso imperialismo dos EUA parece um urso ferido com grande capacidade de destruição, mas sem rumo. Com uma ONU diminuída e organismos financeiros multilaterais (BM, FMI, OMC) perdendo capacidade e legitimidade de regulação, prevalece a lei do mais forte economicamente na “recolonização” do mundo: a China como potência econômica e nuclear emergente e as grandes corporações, maiores que grande parte dos Estados Nacionais. O G-8 – dos grandes Estados-Nação desenvolvidos, mais para “clube” privado do que organismo multilateral legítimo – ampliado ou não, não dá conta da diversidade de contradições e demandas emergentes, pois seu principal objetivo é fazer perdurar o que está em crise.

A crise de civilização – que pode ser considerada como um conjunto de desafios para a também emergente cidadania de dimensões planetárias – pode ser visualizada em tríplice dimensão:

• Desigualdade social

Economia em expansão contra sociedades, de forma global. Acentua-se a desigualdade e a exclusão social em termos mundiais e no interior de cada sociedade. Hoje, o Sul pobre (migrantes, comunidades de zonas deprimidas, minorias étnicas, etc.) está marginalizado no pequeno Norte desenvolvido, com 10% da população mundial controlando mais de 85% da riqueza. Por sua vez, o Norte rico (proprietários de terra, gado e gente, empresários e seus gestores multinacionais, elites políticas a seu serviço) está no Sul, com seus povos destituídos de riqueza e poder, condenados a viver de migalhas. Desigualdade de múltiplas facetas e perversidades, para além das classes sociais, cujo enfrentamento implica rever paradigmas conceituais e analíticos, propostas e estratégias de luta. Estamos diante da combinação de desigualdades e formas de dominação, hoje de forma mundial, com prevalência do patriarcalismo, do racismo e xenofobia, da negação da diversidade.

• Crise ambiental

Para ela convergem três processos impactantes:

- mudança climática devido ao efeito estufa;
- uso intensivo e esgotamento de fontes fósseis de energia, não renováveis, base do modelo industrial-produtivista-consumista;
- destruição e esgotamento dos bens comuns naturais, em particular água, recursos genéticos e biodiversidade e solos para agricultura.

• Violência

Multiplicam-se as situações em que a violência aberta, a intolerância e os fundamentalismos definem os modos coletivos de vida, impondo sofrimento e medo a grandes contingentes de populações civis, ameaças e mortes, deslocamento e desterritorialização. Povos inteiros são cindidos por conflitos intermináveis, cidades são partidas, países são invadidos. A disputa pelo controle de recursos naturais, num contexto de concentração e busca de lucro sem limites, de desigualdade econômica e de poder e de esgotamento de tais recursos, acentua a violência e alimenta ainda mais os fundamentalismos, levando a uma militarização ainda maior.

Diante desta tríplice crise aguça-se o “desgoverno” e a falta de regulação concertada. A velha ordem de dominação não dá mais conta dos desafios, e a nova, ainda não emergiu. É neste quadro que importa situar-nos, situar o Brasil, situar a Amazônia. O que o mundo espera de nós? O que, em termos de cidadania ativa, podemos e devemos fazer a partir daqui para enfrentar esta crise de civilização?



Foto: Miguel Chikaoka

II. Brasil potência emergente: para quem?

O Brasil é, sem dúvida, um país com enormes possibilidades. Mas não podemos encobrir os níveis de exclusão social, os enormes bolsões de pobreza, a vergonhosa e persistente desigualdade com suas múltiplas facetas. Somos responsáveis por um patrimônio natural dos mais importantes do planeta. Mas a destruição de tais recursos naturais avança mais rápido que os nossos próprios índices de crescimento econômico. Nosso território e nossa população nos permitem integrar o pequeno grupo de países superdotados em recursos, mas parece que não conseguimos usar tal capacidade para criar um Brasil sustentável e justo, para contribuir para a construção de um outro mundo.

Conquistas recentes – que servem de base para um outro desenvolvimento – merecem ser destacadas e valorizadas, apesar de persistirem os limites acima apontados. A mais importante e fundamental é a própria democracia política, jovem ainda, mas que tem demonstrado vitalidade. Em termos institucionais avançamos bastante, mesmo se ainda resta muito a ser feito. Talvez o aspecto mais promissor seja a vontade de participar de amplos setores. Muitos, porém, ain-

da continuam politicamente “invisíveis” porque não organizados ou ainda extremamente dependentes de favores e sem capacidade de afirmar seus direitos. O fato é que temos uma sociedade civil com capacidade de iniciativa, expressão de uma cultura democrática e de um tecido associativo que se expande e ganha força política.

O que nos falta, e onde menos avançamos, diz respeito à democracia social. Com a eleição de Lula para a presidência, que significou o Brasil popular ganhando poder, parecia que finalmente estávamos criando as condições políticas para a tarefa histórica de reconstruir o país em bases justas e sustentáveis. Na prática, porém, são ainda tímidos os sinais de mudanças significativas. O Estado brasileiro, gerido como base do desenvolvimento que temos, está capturado por poderosos interesses e forças, cujo enfrentamento exige vontade e engenharia muito mais complexa do que a posta em marcha pelo PT para ganhar as eleições e se manter no poder.

Temos avanços indiscutíveis em algumas políticas sociais, enfrentando urgências, como a fome, e resgatando dívidas sociais históricas. Mas o fato é que tais políticas não são desenhadas estrategicamente e nem mesmo pensadas como estruturantes de um novo modelo

de desenvolvimento, e, acima de tudo, de democracia social. São, sem dúvida, políticas compensatórias necessárias no imediato, mas incapazes de construir uma sociedade sustentável, justa, participativa, de bem com todos os povos do Planeta.

Fundamentalmente, continuamos com um modelo de desenvolvimento predador da natureza, concentrador de riquezas e produtor de enormes bolsões de pobreza. Ao menos, voltamos a discutir sobre a idéia do desenvolvimento, mesmo se tal debate vem essencialmente confundido com índices de crescimento do PIB. Mais, de forma um tanto titubeante, não continuamos persistindo no desmonte inspirado no decálogo neoliberal do “Consenso de Washington”, da década de 90 do século passado. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), apesar de sua timidez, aponta para uma espécie de retomada, nem que seja do que já conhecemos, como grandes projetos de infraestrutura, produção voltada à exportação e tudo mais.

O que se passa com as exportações brasileiras é um bom exemplo de que estamos diante do dilema de desenvolver exacerbando as contradições do passado ao invés de mudar rumos e perspectivas. Aliás, o tal “sucesso” nas exportações e a produção de um grande superávit comercial são vistos pela opinião pública e nos círculos especializados da academia e dos negócios como um grande indicador do acerto de estratégia, pois isto puxa a economia como um todo. Acontece que estamos voltando a ser uma espécie de economia primário-exportadora, pois em nossas exportações 70 a 80% são natureza: complexo soja, café, carnes, minérios e aço, polpa de papel e por aí vai. Para parafrasear Eduardo Galeano e seu famoso livro sobre a América Latina, diria que estamos dilatando nossas veias já abertas para exportar ainda mais nossas próprias bases de vida. Agora também decidimos incluir o etanol entre os produtos para exportação!

Claro que tudo pode ser visto por outro lado. Nos termos do modelo de desenvolvimento dominante, com um mundo controlado por grandes corporações e a expansão capitalista da China consumindo o que ainda sobra de recursos naturais no Planeta, a opção brasileira por aproveitar “vantagens comparativas” de momento parece ser um bom negócio. Negócio, e dos grandes, até que é, mas qual a dívida social e ambiental que fica no Brasil? Quem está ganhando com isto? Mesmo os recursos do tal superávit nas exportações, será que estão financiando a democracia social ou, antes, acabando engolidos na lógica que tudo captura – até mesmo a maior fatia do orçamento público – para engordar lucros?

O tema das exportações está longe de esgotar a complexa questão do modelo de desenvolvimento. Mas

ilustra bem o que estou querendo argumentar aqui. O Brasil desponta como potência emergente em termos políticos e econômicos, particularmente na região. Mas não vejo esta emergência apontando mudanças progressistas na estrutura e no processo de relações que sustentam a globalização dominante. Em termos de estratégia, parece até que tendemos mais a querer fazer parte do seleto grupo de países que se comportam como donos do mundo – o tal grupo do G8 – do que a nos posicionar de modo a expressarmos a necessidade e a urgência de que se efetivem mudanças na geopolítica e nos organismos de regulação do poder mundial que permitam construir sociedades democráticas, justas, solidárias e sustentáveis.

O momento, mais uma vez, é de inovar com ousadia. Precisamos reconhecer as ameaças e os desafios novos para a cidadania e a democracia no Brasil, hoje num contexto de maior abertura ao mundo e maior interdependência gerada pela globalização e a enorme crise que dela brota. Isto nos remete às grandes questões do Brasil no mundo. Trata-se de perguntar: de que Brasil o mundo precisa e que a nossa cidadania, em aliança com a cidadania mundial, pode produzir? De que Estado? De que soberania? De que democracia? De que justiça social? De que tipo de sustentabilidade e para quem? Respostas que só poderemos construir a partir do que apreendemos com a grande escola de cidadania planetária que é o Fórum Social Mundial. Trata-se de assumir radicalmente nossas responsabilidades de brasileiros e brasileiras, mas num diálogo aberto com outros povos e sujeitos do Planeta Terra, reconhecendo que aqui decidimos nosso futuro e também influímos no da humanidade inteira, como gestores de nossas vidas e do patrimônio natural que as sustenta.

III. Nosso compromisso por uma outra Amazônia, num outro Brasil, num outro mundo possível

Ousadia de propósitos e coragem de incidência no aqui e no agora devem vir juntos diante dos desafios que temos de enfrentar. Por isto, penso que o debate pode adquirir concretude e maior radicalidade a partir do desafio que o próprio FSM se impôs: o de inserir a Amazônia no debate sobre como construir um outro mundo, de justiça social e sustentabilidade, de igualdade na diversidade, de direitos de cidadania com responsabilidades compartilhadas e solidárias, de participação democrática e de efetivo poder cidadão. Em janeiro de 2009 estaremos nos encontrando no FSM,

em Belém, em pleno coração da Região Amazônica. O desafio é pensar as questões deste outro mundo, a partir de uma perspectiva radicalmente local e, ao mesmo tempo, mundialista.

A Região Amazônica é um vasto território compartilhado por 9 países da América do Sul (na verdade, um deles – a Guiana Francesa – é um pedaço remanescente do antigo colonialismo). A Amazônia contém a maior floresta do Planeta. Mas nela vivem, para quem e além das fronteiras dos Estados nacionais, muitos e diversos povos, com modos de vida e culturas próprios, e, sobretudo, formas de resistência aos processos dominantes. Só na parte brasileira, são cerca de 21 milhões de habitantes.

Como bem aponta um instigante documento preparado pela FASE (“FSM 2009: A Amazônia nos convoca a renovar nosso compromisso para um outro mundo possível”. Rio de Janeiro, out. 2007):

“Frente ao acelerado desaparecimento da biodiversidade e à crise climática que já começa a provocar situações de injustiça climática que afetam principalmente os mais pobres, a Amazônia aparece como uma das últimas regiões do planeta ainda relativamente preservadas, preciosa tanto para a manutenção da biodiversidade quanto pelo papel que ela tem, positivo, se a floresta for conservada, e negativo, se ela for destruída e queimada, no regime de chuva continental e no clima continental e mundial. Neste sentido, ela dever ser compreendida como algo indispensável à vida da humanidade e, portanto, sua preservação, bem como a garantia da qualidade de vida de suas populações, constituem um desafio não somente aos/as brasileiros(as), mas também ao conjunto dos povos do planeta.”

“Em torno do destino da Amazônia se trava uma das batalhas mais importantes entre os países ricos e os países do sul, numa guerra em que se decidirá o ônus que recairá sobre cada país, na inevitável alocação dos custos da crise ambiental e das mudanças catastróficas do clima mundial. Os Estados mais poderosos, que têm padrões de produção e de consumo insustentáveis, dispoem de enormes recursos financeiros, tecnológicos e militares em nome do bem comum, não abrirão mão da pretensão de controlar a Amazônia. Tentam reproduzir, à custa dos nossos países, os atuais padrões insustentáveis de existência e as práticas de quinhentos anos de expropriação das riquezas e recursos energéticos dos países da América do Sul.”

Também é fundamental que se registre a internalização de um processo colonialista de expansão destrutivo da Região Amazônica. Poderosos grupos privados (latifundiários e agronegócio, empresas mineradoras,

madeiras, etc.), a partir do interior dos países – do Brasil em particular – disputam os recursos da região, se apropriam de terras e controlam grandes partes do território, destroem a floresta e a biodiversidade, envenenam os rios, extraem seus minérios, massacram as populações e os povos locais e seus modos de vida. Tudo em nome do progresso, do desenvolvimento. A Amazônia é um território humanizado muito ameaçado. Mas existe um enorme tecido associativo que se forja a partir dos diversificados grupos locais. Grandes movimentos resistem a tudo isto e constroem alternativas.. O desafio é buscar inspiração nos povos da Amazônia, nos seus movimentos e organizações comunitárias, para daí apontar outra Amazônia para a humanidade: nem destruição predatória em nome do desenvolvimento, nem conservacionismo excludente e colonialista embutido na idéia de “poços” internacionalizados de carbono, financiados por créditos obtidos com a compra, pelas grandes corporações e pelos países industrializados, do direito de poluir.

“A Amazônia é depositária de recursos biológicos e genéticos ainda largamente desconhecidos, mas, sem dúvida, preciosos para a humanidade; e seus povos são detentores de seculares e milenares conhecimentos sobre essa vida. Esses recursos e conhecimentos atra-



Foto: Miguel Chikaoka

em a cobiça das grandes corporações que encabeçam a busca implacável pela privatização da vida e dos conhecimentos. Os povos indígenas e, depois deles, a população enraizada na região nos ensinam que a vida é uma dádiva e que somos parte da vida da Mãe Terra. A apropriação privada da vida é inconcebível, pois ela é feita para ser compartilhada. A Amazônia nos convida a recusar firmemente a lógica do mercado, das corporações transnacionais e das instâncias



Foto: Miguel Chikaoka

internacionais oficiais a seu serviço e a colocar no centro das suas preocupações a reconstrução do planeta, da humanidade, de novos paradigmas libertários como a solidariedade, a igualdade, o reconhecimento da diversidade, o respeito às diferenças, a responsabilidade, o cuidado.” (FASE. op. cit.)

Para enfrentar tais desafios é fundamental reconhecer o lugar que ocupa na própria expansão do FSM a força da consciência sobre o bem comum maior que temos: o Planeta Terra como base de nossa vida. Isto vem junto com uma renovada consciência de humanidade na diversidade de sujeitos, povos, culturas. Assim, a nascente cidadania planetária terá a possibilidade de trocar conhecimentos e experiências, avaliar propostas e descobrir estratégias de ação dos grupos humanos que vivem na Região Amazônia, fortalecendo-os por sua vez.

Mas no quadro de questões que aqui esboço, é evidente que a crise de civilização em sua tríplice dimensão estará no centro dos debates sobre a Amazônia em outro mundo possível. Afinal, o enfrentamento da crise climática e da destruição ambiental põe, necessariamente, a Amazônia em evidência. Aí, estamos diante de uma complexa questão com dimensão planetária sobre o papel dos Estados-Nação e da soberania.

Quem afinal está em primeiro lugar numa re-engenharia do poder? Para a cidadania, quanto mais local, maior é o poder de decisão. E é o que reivindicam as populações locais. Até a sua relação com os Estados nacionais que partilham a Amazônia é uma questão de fundo. Basta lembrar aqui os povos indígenas e seus territórios, muitas vezes não reconhecendo fronteiras nacionais.

Mas não é possível, estando no Brasil, pensar a Amazônia sem pensar o lugar do próprio Brasil no mundo. O Brasil e a Amazônia são umbilicalmente ligados, profundamente interdependentes. O Brasil não é o Brasil sem a Amazônia, que representa cerca de 50% do seu território. Seus povos são parte deste Brasil diverso e profundamente desigual.

IV. Indicações para uma saída (começo, mais do que conclusão)

Consciente de que não basta criticar, gostaria de finalizar lembrando alguns pontos de partida para construir alternativas. Na verdade, existe mais gente do que

imaginamos construindo concretamente alternativas para as suas vidas, lá aonde estão. Afinal, ser excluído do acesso aos recursos ambientais e econômicos, não ser reconhecido e sofrer da degradação de seu entorno e, ao mesmo tempo, ser capaz de inventar formas de viver, de estabelecer laços familiares e de amizade, de fazer parte de uma comunidade com solidariedade, de sonhar, rezar e divertir-se, de “ir levando” enfim, tudo isto somado e articulado, aponta uma dinâmica de resistência e de construção de outros tipos de vida em coletividade. As “trincheiras” da sociedade civil, de que nos fala Gramsci, são um fato humano e histórico. Falta articular, sistematizar, teorizar a respeito, formulando propostas políticas que ajudem grupos, comunidades, cidades, povos, nações enfim, na sua busca de modelos de desenvolvimento – isto é, de condições políticas, culturais, econômicas e técnicas – para criar sociedades justas e sustentáveis.

Na minha visão, enriquecida com a experiência que o Ibase e o Fórum Social Mundial me propiciaram, destaco alguns poucos princípios para a situação brasileira:

- Prioridade absoluta para a justiça social
- Democracia, fundada nos princípios éticos de igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação, como estratégia

- Empoderamento político-cultural dos grupos “invisíveis”: pobres, discriminados, excluídos
- Garantia de acesso e uso de todos os bens comuns, naturais e produzidos, a todas e todos, sem distinção, como base para uma vida sustentável
- Modelo de desenvolvimento baseado no uso sustentável dos recursos, com prioridade ao atendimento das necessidades internas dos próprios grupos humanos diretamente envolvidos, com máxima realocação da economia e de sua gestão política: “produzir aqui, para consumir aqui, para a gente vivendo aqui”, ou, de forma mais branda, que as empresas se estabeleçam aqui para vender aqui e servir às necessidades daqui.

Esses pontos já são suficientes para revelar a perspectiva em que me coloco e que comparto com muitos outros no Brasil, na Amazônia e pelo mundo afora. Mas há um outro ponto que pode fazer a diferença. Trata-se de construir um forte movimento planetário para mudança, o que significa fincar raízes em cada lugar, em cada coletividade, em cada povo. Para isto precisamos sonhar grande, ser fortes e persistentes e participar com atitudes radicais, sem medo da civilização em crise e da desordem mundial que ela acarreta. Tal receita é especialmente desenhada para o Brasil, o nosso emergente país no cenário mundial.



Foto: Octavio Cardoso

Relatório do Seminário

Patrick Piro

“De que Brasil – e de que Amazônia – o mundo precisa?” A questão, complexa, tinha tudo para seduzir: desde a chegada de Lula ao poder, a ambição internacional do Brasil não parou de crescer, quer se trate de reivindicar (e de desempenhar) um papel diplomático de primeiro plano, como também, mais recentemente, de se atribuir um destino planetário : produtor de agrocombustíveis e de alimentos para o mundo, protetor supremo de uma Amazônia elevada ao ápice das preocupações ecológicas planetárias.

“Não se freia uma idéia, cuja hora é chegada”

Portanto, os participantes do seminário, na sua grande maioria brasileiros, descartaram imediatamente e sem remorsos o primeiro convite à utopia, para se consagrar exclusivamente ao segundo: durante dois dias, foi a Amazônia que absorveu os debates ⁽¹⁾.

Redução pragmática do perímetro dos debates? Não. Contrariamente às aparências, uma reorganização adequada da hierarquia das proposições, para participantes portadores de reflexões globais. Um enriquecimento, um enfoque novo e mais poderoso.

“De que Amazônia o mundo precisa?” significa, primeiramente, extrair o debate do quadro estritamente brasileiro, evitando-se assim o trabalho penoso de abordar certas questões inevitáveis, que não tardarão a chegar: balanço do governo Lula, análise da política e da responsabilidade do Brasil na gestão amazônica, pertinência da escala nacional na crise ecológica mundial etc. “De que Amazônia o mundo pre-

Jornalista francês independente, autor de várias obras, Patrick Piro escreve há mais de vinte anos sobre questões ligadas à solidariedade internacional, às relações Norte-Sul e aos desequilíbrios globais, dentre os quais, particularmente, a crise ecológica e energética. Trabalha regularmente para a revista semanal *Politis*, sendo responsável pela rubrica *Ecologia* da mesma, e pelo acompanhamento da atualidade relativa à ecologia política.

cisa?": deslocando a questão, os debatedores encontraram uma “escapatória mental” original e muito produtiva.

A Amazônia não mais vista como subconjunto de abordagens – territorial, política, administrativa – e sim como metáfora – bem concreta – de debates planetários, como um condensado de contradições contemporâneas: ela é o terreno de mega projetos “de desenvolvimento” ecologicamente deploráveis e que desprezam as populações locais, mas, também, o território de alternativas sustentáveis bastante diversas e em número inimaginável; ela é uma enorme reserva de biodiversidade e um pólo preponderante de regulação climática do planeta, em vias de pilhagem e de degradação aceleradas; é ainda um território em grande parte desprovido de governança, mas sede de iniciativas populares de organização ...

Nossa época está submetida a um desafio simplesmente vital: o da construção de um novo modelo de civilização, baseado na diversidade, na sustentabilidade ecológica e na justiça social. Para encarnar-se, esse modelo precisa de terrenos propícios à volta do imaginário e da utopia. Existem poucos, e a Amazônia é um deles.

I. Taras hereditárias, problemas urgentes, questões emergentes

A Amazônia é um caso clássico. Um paradigma exemplar, atingido por todos os grandes males e contradições que fundam o modelo de civilização dominante: neoliberal e globalizado, produtivista e predador, indiferente às crises sociais e ecológicas, e que despreza a expressão e as aspirações das populações locais.

Desde o período colonizador, a Amazônia é um território submetido a depredações constantes.

Com uma cultura de aventuras pioneiras, essas depredações são marcadas pela violência: a que sofre o ecossistema equatorial e a que é aplicada aos seus habitantes, pelos predadores. O contexto amazônico atual é apenas o último avatar de uma velha saga produtivista, baseada num controle privado dos recursos naturais ⁽²⁾, “um dos lugares emblemáticos de realização do projeto capitalista.”

Um território de depredações

A Amazônia deste início do 3º milênio é alvo de numerosos tipos de cobiça:

- a exploração da madeira, em condições ilegais em provavelmente 90% dos casos;

- a conquista de terras agrícolas, através do desflorestamento, segundo um esquema que passou da queimada, utilizada pela agricultura de subsistência e cujo impacto sobre o meio ambiente é mais fraco, a derrubadas muito mais massivas, sob a pressão dos criadores extensivos de bovinos (de cuja carne, o Brasil é o primeiro exportador mundial). As sangrias pioneiras dos madeireiros são posteriormente alargadas pelos colonos, que multiplicam as pistas de acesso ao local. Mas há alguns anos, os criadores de gado vêm sendo, por sua vez, empurrados para dentro da floresta (cujas fronteiras eles destroem) pelos sojeiros, que se instalam nessas parcelas propícias ao cultivo. Doravante, teme-se, apesar das denegações governamentais, a pressão de outros poderosos postulantes à terra que poderiam desencadear uma nova onda de desmatamento: os industriais dos agrocombustíveis – que se trate de etanol (extraído da cana-de-açúcar, cujo cultivo em clima amazônico acabará se tornando possível, graças aos avanços da agronomia) ou de óleo para produzir diesel (extraído da soja, de certas palmeiras, etc.).

- a mineração: o subsolo amazônico transborda de riquezas minerais consideráveis, como ouro, ferro, cobre, manganês.

- a produção de energia: a bacia amazônica dispõe de 2/3 do potencial hidrelétrico do Brasil. Várias centrais estão em construção ⁽³⁾



Foto: Miguel Chikaoka

ou equipam a bacia, que contém cerca de 20% das águas doces de superfície do globo. A bacia amazônica também esconde muito petróleo e, como vimos acima, é uma área potencialmente utilizável para o cultivo de plantas energéticas, visando a produção de agrocombustíveis ⁽⁴⁾.

Uma colônia interior

O território amazônico está consideravelmente submetido aos projetos econômicos e estratégicos do governo federal brasileiro, cujo modelo lhe impõe grande pressão. Subjugada, a Amazônia não é considerada como um território capaz de conceber projetos próprios, mas sim como uma reserva de recursos a explorar, uma fronteira interior.

O pensamento único

Atualmente, não existem modelos alternativos ao produtivismo brutal que se aplica a essa região, e nem ferramentas de planificação que permitam elaborá-los.

E nada se faz nesse sentido, apesar das contradições e da problemática patentes. “O Brasil está surfando na pororoca ⁽⁵⁾!” – imagem local descrevendo uma economia a contra corrente, em plena aceleração produtivista e exportadora, apesar dos alertas que a ameaçam. A agricultura é o motor desta economia, o que faz com que as terras “improdutivas” da Amazônia despertem regularmente ambições mais ou menos declaradas.

A violação dos direitos humanos

Reina um clima permanente de violação dos direitos humanos nesta região, o qual afeta em primeiro lugar as populações indígenas. O Estado de Direito é inexistente e a militarização (é uma tradição) volta a ser praticada, como podemos, por exemplo, constatar nos conflitos agudos que envolvem a atribuição das terras da reserva Raposa-Serra do Sol no estado de Roraima ⁽⁶⁾, às

“Estamos no coração da mitologia brasileira do desenvolvimento!”

“O Brasil está surfando na pororoca ⁽⁵⁾!”

“um dos lugares emblemáticos de realização do projeto capitalista.”

populações indígenas locais. Pelo menos três casos se tornaram internacionalmente conhecidos nestes últimos anos: o assassinato do seringueiro e líder ecologista Chico Mendes em 1988, no estado do Acre; o massacre de 19 camponeses em Eldorado dos Carajás em 1996; e o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang em 2005, no Pará. Este último estado é, de longe, o mais sangrento do Brasil em termos de conflitos agrários, e nele o trabalho escravo não raro se pratica. Não se trata de anomalias históricas, mas sim das consequências de uma lógica produtivista aplicada sem escrúpulos.

A violência na região amazônica engloba também o banditismo e tráficos de todos os tipos, sobretudo o de drogas.

A ausência de governança

A Amazônia, enquanto unidade biogeográfica e humana (ver anexo 1 “De que Amazônia estamos falando?”), não é “governada”. Sua soberania está fracionada, dividida entre 8 países (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) e um “enclave colonizado”, a Guiana Francesa. Em 1978, um

Tratado de Cooperação Internacional é assinado pelos 8 países, mas seu objetivo é, antes de mais nada, garantir a segurança das fronteiras encobertas pela vegetação.

Por outro lado, a Amazônia é, em parte, ocupada por populações supranacionais (certas comunidades indígenas), pouco concernidas pelas fronteiras.

Mesmo no interior dos países acima enumerados, a ausência de governança dos territórios amazônicos é patente.

No estado brasileiro de Roraima, o conflito de terras da reserva Raposa – Serra do Sol é emblemático. Ultrapassando a simples problemática agrária, ele questiona a manutenção de um “Estado de Direito”, a integridade do ecossistema, o estatuto das populações indígenas, etc.

População predominantemente urbana, urbanização anárquica

O imaginário popular representa facilmente a Amazônia como um deserto verde aonde vivem algumas tribos indígenas dispersas. A ideia é bastante falsa: mesmo se a sua densidade populacional é a mais fraca do país (4 hab/km², apro-

ximadamente), a bacia amazônica é habitada por cerca de 21 milhões de pessoas. Dois fatos se sobressaem: a população urbana é altamente majoritária (70% do total, aproximadamente) e apresenta um crescimento brutal. Ela praticamente triplicou entre 1980 e o ano 2000!

Consequência: as cidades crescem de maneira anárquica, gerando uma série de problemas urbanos.

O acirramento da crise ecológica planetária

A Amazônia é a reserva biológica mais importante dentre os biomas terrestres. A exploração brutal de seus recursos (madeira, espécies vivas, etc) e a derrubada da floresta para a conquista de novos espaços ameaçam gravemente seu equilíbrio, e, a longo prazo, sua própria sobrevivência. Segundo estimativas mais ou menos consensuais, 17% da superfície da floresta desapareceu, desde o início de sua “conquista”, lançada nos anos 70 do século passado. Outros 17% são considerados degradados. A proteção deste gigantesco ecossistema foi identificada há vários anos como uma “questão maior”, que ultrapassa largamente as fronteiras do país. O seu desaparecimento seria uma catástrofe com consequências incalculáveis.

Mas a ampliação da crise planetária deu uma nova dimensão às questões ecológicas amazônicas. Com a entrada na era do desregulamento climático, a maior floresta do mundo se encontra no centro das especulações: a destruição deste “poço de carbono”⁽⁷⁾ comprometeria a tal ponto a estabilidade do clima, que certas vezes defendem a ideia de colocá-lo sob tutela internacional.

A crise petroleira aumenta ainda mais a pressão: para responder à demanda mundial de alternativas energéticas, o Brasil desenvolve a largos passos as culturas de plantas destinadas à produção de agrocombustíveis (cana-de-açúcar, certas palmeiras, etc). Esta nova “fronteira agrícola”, consumidora de terras, poderia ameaçar a Amazônia a curto prazo, apesar das denegações oficiais constantes. E traz em si, uma contradição evidente: produzir agrocombustíveis para substituir (um pouco) o petróleo e reduzir as emissões de CO₂, mas em detrimento da própria floresta!

II. “Atores” que escapam dos perfis convencionais

Interrogar-se sobre a tipologia dos diversos elementos atuantes que compõem o contexto amazônico, não é um exercício convencional.

Primeiro, porque uma fantasia frequente descreve a Amazônia como um espaço ocupado por bilhões de árvores e alguns índios.

Depois, porque enfoques binários (ver mais abaixo) podem induzir uma percepção simplista das relações de força entre “bons” e “maus” elementos.

Este exercício de “taxionomia” torna-se então fundamental, por ser político: com quem falamos? Faz sentido definirmos “blocos” de “atores”, visando constituir alianças? Os parceiros potenciais são tão coerentes quanto imaginamos numa primeira abordagem?

Enfim, todos os grupos (ou quase) têm uma “visão” ou projetos próprios para a Amazônia. A este propósito, a grande variedade dos “mapas da Amazônia” revela enfoques distintos: a Amazônia legal da administração; aquela dos militares; o ecossistema amazônico, para os ecologistas; a Amazônia dos territórios indígenas; a da companhia petrolífera nacional Petrobrás; etc.

A tentação das oposições binárias

Há vários séculos, a Amazônia é fonte de uma forte simbólica, entre fantasias e simplificações. Daí a deduzir que ela é o terreno de afrontamentos binários, só há um passo: “pequeno versus grande”, “índios contra brancos”, “ecologistas contra industriais” ...

Entretanto, na Amazônia real, existem projetos industriais viáveis (não predadores, respeitosos do meio ambiente), assim como projetos não mercantis ou ecológicos questionáveis (comércio “solidário” exclusivamente exportador, baseado na monocultura; empreendimentos respeitosos do meio ambiente mas não dos aspectos sociais). A realidade amazônica é bem mais cheia de nuances do que se percebe geralmente.

Da coerência dos nossos inimigos ...

Graças a seus projetos nefastos para a Amazônia, revela-se, de maneira bastante espontânea, uma coerência do lado de seus “inimigos”, que podem



Foto: Miguel Chikaka

ser classificados em alguns grandes grupos: os exploradores dos recursos da biomassa – madeireiros, criadores de gado, sojeiros, cultivadores de plantas para a produção de agrocombustíveis; os mineiros; os operadores energéticos – barragens, agrocombustíveis, etc; os financistas e órgãos internacionais que impõem sua visão do “desenvolvimento” da Amazônia – o BNDES⁽⁸⁾, por exemplo, que financia projetos na região sem critérios sólidos, ou o IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana), que quer permitir o livre-trânsito das matérias-primas através da bacia amazônica; os “bandidos”, como eles devem ser chamados, dentre os quais se encontram os grandes laboratórios farmacêuticos (saqueadores de recursos da biodiversidade e de saberes indígenas), certos eleitos (dentre os quais, governadores), empreendedores, etc.

... à indefinição das nossas alianças potenciais

Mas quanto a um grupo de “atores” positivos ... a definição de seus contornos apresenta certos problemas.

Podemos reunir, no seio das “forças aliadas”:

- os índios, os quilombolas⁽⁹⁾;
- os seringueiros e os trabalhadores rurais;
- novas organizações camponesas como, por exemplo, Via Campesina ou a Fetraf⁽¹⁰⁾, vindas de outros horizontes, mas que possuem uma visão da política alimentar e da soberania alimentar útil para a Amazônia;
- a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁽¹¹⁾;
- movimentos urbanos e indígenas, surgidos recentemente em Manaus, Belém, Altamira, e desconhecidos ainda há dez anos atrás – assistimos atualmente ao desenvolvimento de bairros indígenas nas cidades.

- grupos de mulheres, organizadas em torno de diversas causas;
- rádios comunitárias, elos fundamentais neste imenso espaço;
- e numerosas pequenas organizações, dispersas e isoladas.

Mas a todos esses “atores” e redes, falta articulação. Além disso, certas vezes, a indução de alianças entre “grupos que constroem alternativas” face aos “interesses capitalistas” é precipitada. No caso dos projetos de infra-estrutura do Rio Madeira, por exemplo, existem fricções

entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os urbanos ou os ribeirinhos. Haveria uma possibilidade de colaboração com esses trabalhadores explorados mas “destruidores” que são os empregados dos madeireiros, os garimpeiros, etc?

Os interesses econômicos e as práticas políticas locais são tão determinantes que mesmo as alianças clássicas devem ser examinadas caso a caso. No Acre ou no Amapá, os defensores do meio ambiente perderam as últimas eleições, enquanto que no Pará, o Partido do Trabalhadores governa em aliança com os madeireiros!

Acrescentemos aos “atores positivos”, num outro plano:

- algumas (pequenas) mídias regionais;
- o “bloco” dos países amazônicos fronteiriços com um governo de esquerda – Bolívia, Equador, Venezuela;
- as organizações internacionais multilaterais;
- os países da Organização dos Estados Americanos que intervêm especialmente nas questões ligadas aos direitos humanos ou aos conflitos entre países;
- a União Européia, no seu diálogo com a América Latina ...

A emergência dos povos indígenas ...

De alguns anos para cá, eles são reconhecidos como “atores”, a nível internacional. E com uma grande diversidade. Atualmente, na Amazônia, existem mais de quinhentas organizações indígenas, com suas crises mas também seus avanços.

... e dos parceiros governamentais

Antigamente, a sociedade civil adotava, face aos governos, uma postura de confrontação ou de diálogo. Hoje em dia, os esquemas são mais complexos. O eixo Chávez (presidente da Venezuela) – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – Via Campesina é um exemplo de novas estratégias que suscitaram particularmente um debate no seio do Fórum Social Mundial: podemos chegar ao ponto de fazer aliança com os governos? Sem perder de vista que os diversos projetos dos governos de esquerda latinoamericanos – Morales, Lula, Chávez – estão longe de serem idênticos.



Foto: Octavio Cardoso

Qual é a posição dos ambientalistas?

Para que lado se inclinam os ambientalistas? Os movimentos sociais os consideram espontaneamente com uma certa desconfiança:

- os grupos internacionais, geralmente de cultura anglo-saxônica, desempenham um papel importante no seio desta categoria – as organizações ambientalistas puramente brasileiras não têm peso suficiente. Importando seus objetivos de proteção da natureza, esses grupos são facilmente acusados de neocolonialismo, e não somente pelos fazendeiros reacionários. É o caso de Greenpeace, que emergiu espetacularmente no cenário amazônico esses últimos anos, obtendo alguns resultados.

- regularmente, eles são criticados por excluírem as questões sociais de suas preocupações – “menos quando se trata de arrecadar fundos”. Mas também, por defenderem posições certas vezes ambíguas. Até mesmo, por desenvolverem cooperações contraditórias com grandes empresas, negociando avanços no domínio ambiental,

mas esquecendo os outros aspectos dos problemas, como foi o caso com os projetos de certificação das culturas de soja. Por exemplo, The Nature Conservancy (TNC) é financiada por Bunge & Cargill⁽¹²⁾! “Atenção, na Amazônia existem estruturas produzindo diálogo, mas sem nenhuma ambição de mudança ...”

Entretanto, no Brasil, os ambientalistas são muito mais “amigos dos índios” do que em outras regiões.

- a oposição se cristaliza entre os movimentos socioambientais (seringueiros, indígenas, etc) que buscam conciliar os compromissos econômicos, sociais e ecológicos, e os ambientalistas “de mercado” que não rejeitam, à priori, os mecanismos da economia neoliberal para atingir seus objetivos de proteção da natureza.

- não obstante, face ao aumento dos perigos e à inércia dos decisores, o sentimento de urgência cresce no meio. “O movimento ecologista está tomado pelo desespero!”

“O movimento ecologista está tomado pelo desespero!”

“Atenção, na Amazônia existem estruturas produzindo diálogo, mas sem nenhuma ambição de mudança ...”

A internacionalização ambígua

Ela é positiva, negativa? A resposta não é simples. Desde a época colonial até agora, a presença de “atores” internacionais na Amazônia agiu sobretudo em seu desfavor e no sentido de sua destruição.

Mas, recentemente, novos “atores” internacionais, oriundos da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, científicos, etc) ou até mesmo da esfera governamental, estão agindo de forma a impedir esta tendência. A pressão internacional pode ajudar a encontrar soluções, recursos financeiros, assim como pode favorecer a solidariedade (inclusive com certas formas de comércio solidário) e suscitar o interesse das mídias.

“É preciso inventar uma alquimia entre a audácia e um pragmatismo doentio ...”

“Atores” ausentes

Aonde estão os partidos políticos, os sindicatos? Ausentes ... “*Eles não têm projeto para a Amazônia!*” Eles não se apropriaram verdadeiramente da questão amazônica como de um objeto

político ou de um terreno de lutas, apesar das desigualdades sociais sofridas pelos índios e por outras populações desfavorecidas.

E isto não é surpreendente: as “vanguardas esclarecidas” defenderam, historicamente, um modelo de “progresso” que fracassou nesse espaço. Sua ausência assinala também esta crise contemporânea dos mediadores, em particular, frente a emergência de novos movimentos sociais.

Estratégias de ação

- primeiramente, consolidar um contra-poder face ao bloco ultra dominante dos destruidores;
- favorecer as alianças internacionais, reforçando, ao mesmo tempo, os “atores” locais;
- facilitar a aproximação entre as comunidades indígenas e os movimentos sociais;
- reconhecer o papel estratégico das rádios comunitárias locais e reforçá-las.

III. Rumo a um novo modelo de civilização

“*Até então, nós, sobretudo, criamos resistências, cavamos trincheiras. Agora, precisamos construir alternativas*”. É uma constatação um tanto vertiginosa: o canteiro de obras do futuro da Amazônia está praticamente virgem.



Foto: Miguel Chikako

Nos anos 80, as forças de esquerda no Brasil se recusaram a tratar da questão amazônica: era “Não à colonização, sim à reforma agrária”. Mas aí está, o modelo predador é um fracasso total e o desastre ecológico, uma verdadeira ameaça.

Os grandes princípios básicos colocados – proteção do ecossistema, restabelecimento do Estado de Direito, sustentabilidade da economia, controle do processo de urbanização – não bastam para fundar um modelo. Existe uma coexistência possível entre o modelo capitalista e sua base material na Amazônia? “*Nos falta, absolutamente, audácia!*” Não precisamos urgentemente reinventar a relação homem-natureza? Pois é de uma ruptura radical – de uma visão civilizadora! – que a Amazônia necessita, e ela pode servir de laboratório planetário.

Urgência contra utopia?

A utopia é uma resposta à lógica do mercado. É preciso ter a coragem de partir de uma crítica global do capitalismo, com a ambição de fazer aparecer novos “atores” coletivos que integrem essa diversidade tão característica da Amazônia. Senão, corremos o risco de perenizar uma fragmentação da sociedade civil em pequenos grupos com soluções isoladas e inviáveis. Entretanto, em nome da urgência ecológica, o pragmatismo corre o risco de impor à utopia a

ordem das prioridades, sem debate. Deveremos, dentro em breve, privilegiar a luta contra o desregulamento climático a ponto de ter que aceitar a sacralização da floresta enquanto poço de carbono?

Talvez mais importante que o clima, seja o “calendário pragmático” de luta contra o recuo da floresta: entre 17 e 34% de sua superfície já se perdeu ou degradou, em 40 anos. Há urgência em empreender ações eficazes à curto prazo, entre 10 e 20 anos. “*É preciso inventar uma alquimia entre a audácia e um pragmatismo doentio ...*”

Se livrar do “desenvolvimentismo” e dos seus avatares

O produtivismo, base do sistema predador, está na origem do mal amazônico. Atacá-lo, implica questionar suas antigas representações e o vocabulário que a elas se refere: “modelo civilizador”, “desenvolvimentismo”, etc.

No entanto, o “desenvolvimentismo” evoluiu. Agora, ele se chama “desenvolvimento sustentável” e todas as empresas lhe consagram um departamento. O conceito pretende reconciliar o produtivismo com a preservação do meio ambiente e os interesses das populações locais. Mas por detrás dessa etiqueta generosa reina a maior indefinição quanto ao conteúdo. Amplo guarda-chuva, o “desenvolvimento sustentável” abriga hoje o pior e o melhor de uma vasta fauna.

Em seu nome, a Amazônia tornou-se um laboratório da “enganação” ecológica, um terreno de “lavagem verde”⁽¹³⁾ para “atores” que disfarçam, com alguns paramentos ecológicos, atividades apenas menos nefastas do que antes.

Seus métodos vão desde a adoção de algumas medidas paliativas até à obtenção de “certificação socioambiental”. Esses certificados ou selos de garantia são bem mais favoravelmente acolhidos pelas empresas destruidoras, por serem elas que geralmente colaboram para sua elaboração, por não possuírem qualquer caráter constrangedor e, na maioria das vezes, não passarem por nenhum controle independente.

A noção de “bem comum”, em princípio virtuosa, também é alvo de uma manipulação que devemos desmascarar: “bem comum” quer dizer “bem gerido pela população, em nome da humanidade”, e não “bem de todos”, como pretendem as firmas farmacêuticas que se dão ao direito de usufruir livremente da reserva de biodiversidade, sem contrapartida e para seu proveito próprio – um neocolonialismo verde.

Dentre os piores manipuladores do “marketing verde”, encontram-se os sojeiros. Mediante algumas concessões, eles procuram dar uma imagem respeitável a essa agroindústria, sem modificar em nada seus fundamentos: uma monocultura de exportação, que induz um desmatamento crescente, contamina os solos e as águas, agride as comunidades indígenas, etc.

Menos cínicas, certas empresas evoluem, tentando, por exemplo, regularizar os conflitos relativos à terra.

Outras ainda, no extremo oposto do espectro, chegam a estabelecer contratos de colaboração com as comunidades indígenas, como é o caso da empresa de cosméticos éticos Natura.

É preciso deliberadamente dismantlar os avatares do antigo modelo. Caso contrário, corremos o risco de promover, mais uma vez, um modelo econômico exportador para a Amazônia, e, de assistir à sua transformação em fábrica de agrocombustíveis. “*Não podemos mais falar de desenvolvimento sem considerar o meio ambiente como uma questão central*”. E até mesmo aventar a possibilidade de “des-desenvolver”, como sugerem os partidários da “décroissance”⁽¹⁴⁾, cujas idéias poderiam inspirar uma nova orientação para a Amazônia.

A diversidade de alternativas como esboço de um modelo?

A Amazônia é um território ameaçado mas não arruinado, muito pelo contrário: nela existem uma grande variedade de experiências alternativas – economia solidária, agroecologia, exploração sustentável da floresta, venda de serviços ambientais (como a Bolsa Floresta⁽¹⁵⁾), etc – e práticas viáveis, inclusive nas zonas urbanas.

“*A Amazônia é um território de soluções*”, um vasto laboratório de experiências “biodiversas” e sociais.

- Mas elas estão espalhadas. É uma Amazônia invisível. Como tornar aparente este embrião de modelo alternativo, como valorizar essas experiências? Além disso, devido a seu pequeno calibre, elas vão perder o jogo se não contribuírem para a construção de alternativas mais globais.

- As organizações amazônicas não estão muito avançadas na construção de plataformas de iniciativas alternativas, construção que deve se ancorar nesta profusão de experiências existentes.

- Imaginar “um” modelo alternativo é uma arma-

“A Amazônia é um dos lugares aonde se exprime com mais força o debate sobre o pós-capitalismo.”

“A Amazônia é um território de soluções”

dilha a ser evitada: a Amazônia, através de seu povoamento e de sua história, é diversa por natureza. É preciso inventar um projeto integrador, uma rede de alternativas locais, articuladas e entrelaçadas, um esquema com várias facetas que seja o reflexo desta multiplicidade. É preciso abordar a integração como um projeto desprovido de uma perspectiva homogeneizadora.

“Nós repetimos constantemente que eles têm as soluções! E o que fazemos disso?”

Lições indígenas

A questão étnica está tomando uma dimensão particularmente importante no Brasil, pois os povos indígenas estão defendendo projetos para seu futuro (o que não acontece em todos os países). E eles têm muito a nos ensinar. Inclusive, eles oferecem serviços ambientais ao mundo e demonstraram ser melhores gestores que os colonizadores.

Tudo vem da terra

A questão da terra desempenha um papel central na problemática amazônica e poderia estruturar a busca de soluções e de novos modelos.

A terra está no âmago do modelo predador: exploração da madeira, extração de minérios, agricultura, etc. Existe uma larga gama de meios ilegais para adquiri-la, no Brasil. A grilagem, por exemplo, é uma praga na Amazônia⁽¹⁶⁾.

Mas a demanda de terra também é o ponto comum entre os seringueiros, pequenos produtores, comunidades indígenas, etc.

Assim, em cada disputa pela terra, encontramos frequentemente uma síntese dos problemas amazônicos: ausência de governança, práticas ilegais, injustiça social, precariedade econômica, destruição do meio ambiente.

Ora, a Amazônia possui uma extensão considerável de terras públicas – quase a metade de sua superfície! –, sendo essa uma das singularidades notáveis deste território. Em particular, as terras dos índios e dos quilombolas, as reservas naturais, têm um estatuto que as considera “à margem da lógica capitalista”! O processo de demarcação das terras indígenas até contribuiu fortemente para a proteção da floresta.

Embora conflituosa, esta realidade jurídica constitui um trunfo real sobre o qual se apoiar para elaborar perspectivas alternativas. Essas perspectivas poderiam se articular em torno do projeto de um “país de territórios” – construído a partir dos recursos que esses territórios oferecem (água, energia, agricultura, organização interna ...), e que funcionaria como um local de deter-

minação da estratégia dos “atores”, a qual, por sua vez, se basearia na história e na cultura das respectivas populações.

“Inversamente, o capitalismo não tem território. Quando não tem mais nada para pilhar, ele vai exercer sua depredação em outro lugar, se deslocando com uma grande velocidade”.

Dessa forma, o critério territorial pode constituir uma base de discussão com os “atores” locais para fomentar um projeto inovador, que deverá se basear em formas mais “inclusivas” do que a simples demarcação de reservas, levando em conta a existência de um mosaico de práticas, paisagens e usos diferenciados. Ou como conjugar a exploração sensata dos recursos, a preservação da biodiversidade (criação de corredores ecológicos, por exemplo), as necessidades das vias de comunicação, etc., com uma gestão do território, eventualmente, sob forma de propriedade coletiva.

Da autarquia à internacionalização (passando pelo Brasil ...)

Autarquia? Ninguém mais argumenta que essa variante do fechamento sobre si possa ser uma solução para a Amazônia. Primeiro, porque a desconexão com o resto do país já favoreceu diversas taras – degradações brutais, terra sem lei, violências... Depois, porque a natureza e a amplitude das questões em jogo na Amazônia demandam reflexões, soluções e engajamentos que ultrapassem seus limites geográficos.

É portanto legítimo considerá-la como uma questão “internacional”. Mas como abordar esta questão?

- Os instrumentos da diplomacia convencional, pilotados pelos países, mostraram seus limites: é preciso imaginar e estabelecer o quadro institucional adequado para tratar da dimensão internacional deste espaço único. Esta necessidade bate de frente com as sensibilidades nacionais. A resistência à mudança é muito forte e nenhum dos países da bacia tem interesse em abandonar uma parte da sua soberania sobre a Amazônia.

- Que posição ocuparia o Brasil, especialmente sensível quanto à sua soberania? O país, que possui cerca de 60% da superfície amazônica e uma proporção ainda maior de seus recursos, é um “ator” incontornável, e até mesmo hegemônico. O presidente Lula, em particular, é irredutível sobre o assunto: “A Amazônia é brasileira” (ver anexo 2). De toda forma, o país terá uma responsabilidade central na gestão deste patrimônio mundial. Em que pé está a ambição brasileira de

desempenhar um papel de “ator planetário” – no Conselho de Segurança, na cena diplomática, na Organização Mundial do Comércio?

- É preciso pois desenvolver intensamente a articulação entre o “local” e o “global”. Que grau de interdependência estabelecer entre os dois? Até onde forçar uma integração regional?

- A dimensão internacional amazônica se reduz ao aspecto “climático”? Se a resposta é “sim”, a Amazônia corre o risco de ser condenada à função de poço de carbono planetário.

A governança e a democracia

A frequência das situações de ilegalidade e impunidade quase total frente às infrações e crimes cometidos é tão constitutiva do contexto amazônico que ela implica novas maneiras de trabalhar.

A ausência de governança tem um peso indiscutível, reconhecido de maneira consensual por diferentes grupos de elementos. “Sua conquista

deveria ser a base de uma agenda comum a todos os “atores” progressistas.”

Da mesma forma, a democracia, tal como ela é praticada hoje em dia, está sendo questionada. Existe uma demanda muito forte de participação na construção de seu destino, por parte das populações. A defesa da democracia como estratégia ... “a caravana faz parte do processo.”

Desmatamento zero?

“A floresta vale mais em pé do que derrubada”, é um dos principais slogans dos ecologistas para a Amazônia. O que fazer com a proposição de “desmatamento zero”, ponta-de-lança de uma organização como Greenpeace?

Uma resposta puramente ambientalista à questão amazônica – prioridade à proteção da floresta a ponto de sacralizá-la e, até mesmo, colocá-la sob tutela internacional (como reclamam certos grupos ambientalistas norte-americanos) – marginaliza qualquer projeto social. As dissensões

“Sua conquista deveria ser a base de uma agenda comum a todos os “atores” progressistas.”



Foto: Janduari Simoes

“A Amazônia não é só o problema dos amazonenses.”



Foto: Pierre Pouliquin

“É imperativo avançar no sentido de ultrapassar essa tensão!”

que explodem por ocasião dos novos projetos amazônicos traduzem, muitas vezes, o conflito entre a necessidade de melhorar as condições de vida, a curto prazo, e os estragos causados, a longo prazo. O que responder às populações locais que reclamam “desenvolvimento” e emprego imediatos?

Inversamente, uma resposta que priorize excessivamente os critérios sociais – empregos, produção – promete um violento retrocesso na medida em que a crise ecológica impuser seus prazos. É preciso não se perder, escamoteando a verdadeira questão ambiental; toda tolerância teria consequências dramáticas.

“As condições são suficientemente inovadoras para justificar a integração de conceitos ecológicos radicais na busca de soluções.”

“2008, são vinte anos após a adoção da nova Constituição brasileira e o assassinato de Chico Mendes.” A Constituição brasileira de 1988 afirma, pela primeira vez, que “todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado”, e, fornece ao legislador instrumentos importantes para a preservação dos espaços. Esta constituição também reconhece os “direitos coletivos” dos povos indígenas sobre as terras que eles ocupam historicamente.

Quanto à atuação de Chico Mendes, ela marca o nascimento do conceito de “socioambientalismo” no Brasil. Duas décadas depois, esta abordagem é cada vez mais questionada pelos ambientalistas puristas. É preciso atualizar o debate entre os dois pólos. “É imperativo avançar no sentido de ultrapassar essa tensão!”

A idéia do “desmatamento zero” é uma pista? Ela merece ser examinada, por se tratar de uma alternativa nova, que poderia potencializar outras. A priori, não se trata de uma proposição antissocial. Ela pode ser coerente com as necessidades das populações, desde que seja atribuído um verdadeiro papel econômico à “floresta em pé”. “As condições são suficientemente inovadoras para justificar a integração de conceitos ecológicos radicais na busca de soluções.”

Algumas pistas:

- desenvolver a idéia de uma plataforma: ocupar-se, ao mesmo tempo, das respostas à urgência ecológica e das necessidades sociais, com o objetivo de estabelecer uma governança na Amazônia. “Lancemos as bases de um bloco socioambiental que lute contra o desespero.”

- defender o “desmatamento zero” para as áreas ainda intactas, e a elaboração de um modelo econômico alternativo para as populações que já vivem ao longo dos eixos devastados.

- aumentar, imperativamente, a qualidade e a credibilidade dos selos de certificação socioambiental (Que tipos de projeto selecionar? Quem certifica? Segundo quais critérios?), que são uma forma de estabilizar os projetos na região.

O que fazer com as cidades?

A questão urbana pode parecer intrusa neste debate, um corolário da degradação amazônica. Mas é impossível marginalizá-la, pois a maioria da população da região vive nas aglomerações. É preciso evitar a dicotomia floresta–cidades e trabalhar a inclusão da questão urbana na problemática amazônica.

Uma vez excluído o extremismo da sacralização da bacia, seria melhor criar “indústrias” sustentáveis nas áreas urbanas já degradadas, ou optar, aqui também, por uma ruptura, afim de privilegiar a diversificação de alternativas economicamente sustentáveis?

Uma conscientização insuficiente

Qual é o grau de consciência política, no Brasil e no mundo, sobre a importância e a complexidade das questões que estão em jogo no debate sobre a Amazônia? Ele é extremamente baixo. “No Fórum Social Mundial de Belém⁽¹⁷⁾, no qual a Amazônia deveria se impor como tema central, será absolutamente necessário explicar aos participantes que não se trata de árvores e barcos!”

É preciso elaborar um discurso e argumentos que visem as mídias e a opinião pública (a urbana, em particular), e, especialmente, esclarecer mitos e idéias falsas: por exemplo, quem é que sabe que 70% da madeira explorada ilegalmente na Amazônia é consumida ... no Brasil⁽¹⁸⁾?

Também há um enorme trabalho de sensibilização a ser feito na própria Amazônia. “Quando os jovens falam de sua região, nem sempre eles têm consciência de que fazem parte dela!” É necessário criar localmente espaços de diálogo com o exterior.

É pois fundamental preocupar-se com a informação do público e com a maior divulgação possível dos elementos do debate. Algumas diretrizes:

- lançar uma campanha de “visualização” do modelo predador da Amazônia;
- elaborar uma “pedagogia” da complexidade amazônica.

“Será absolutamente necessário explicar aos participantes que não se trata de árvores e barcos!”

NOTAS

(1) Com algumas poucas exceções, explicitamente citadas, a Amazônia de que se trata aqui é a Amazônia brasileira. O recurso a este “abuso” de linguagem faz parte do debate, como veremos em seguida.

(2) A procura da canela, a busca do Eldorado, a exploração da madeira, da seringueira, etc.

(3) Especialmente no caso do Complexo Madeira, sobre o Rio Madeira, principal afluente do Rio Amazonas.

(4) Como é o caso, no Projeto Distrito Florestal do Carajás.

(5) Onda que sobe a desembocadura do Amazonas quando fortes marés encontram as águas do rio (macaréu).

(6) Trata-se de uma área de cerca de 1,7 milhões de hectares, fronteira com a Venezuela e a Guiana, devidamente homologada como território indígena, e, por conseguinte, legalmente reservada ao usufruto exclusivo dos cinco povos que nela vivem desde “sempre” e cuja população totaliza atualmente cerca de 20.000 pessoas. Entretanto, Raposa – Serra do Sol está ocupada por arroteiros que se recusam a

partir, apesar de terem direito a receber uma boa indenização para isto. Daí decorrem violências, intervenções militares e, sobretudo, um processo judicial que pretende contestar a atribuição “de tantas terras a alguns indígenas”, argumento recorrente dos “barões da terra” para dismantlar uma das disposições mais originais da Constituição brasileira de 1988 que desencadeia o processo de homologação como território indígena (mesmo se são necessários vários anos para se atingir o objetivo). Anular a homologação de Raposa – Serra do Sol poderia ocasionar uma jurisprudência desastrosa para as comunidades indígenas.

(7) Chamamos assim os mecanismos do ecossistema (crescimento das florestas, absorção pelos oceanos, etc) capazes de fixar o gás carbônico (CO₂), principal gás de efeito estufa a contribuir para o aquecimento global.

(8) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse banco público federal, cuja vocação é financiar grandes projetos de infraestrutura, dispõe de recursos importantes.

(9) A Constituição brasileira de 1988 lhes atribui direitos sobre as terras dos quilombos, da mesma forma que às populações indígenas, sobre as terras que elas ocupam desde “sempre”.



Foto: Janduari Simões

(10) A Via Campesina é a principal coordenação internacional de movimentos camponeses e rurais; a Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) é um movimento ativo sobretudo no sul do Brasil, e cuja influência é crescente face à agroindústria.

(11) A CPT (Comissão Pastoral da Terra) é um “ator” histórico central na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. É um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual também está ligado o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que luta pela autonomia dos índios e pela definição de projetos alternativos para eles.

(12) A TNC é uma das mais importantes associações norte-americanas de proteção da natureza; Bunge e Cargill são duas das principais multinacionais estadunidenses que controlam os negócios da soja no Brasil.

(13) “greenwashing” em inglês.

(14) Movimento de contestação do crescimento econômico, este dogma fundamental do sistema neoliberal bem como das teorias do desenvolvimento, identificado como uma das causas mais importantes da crise ecológica e social planetária. Inspiradas pelas reflexões de economistas acerca de um “crescimento zero” nos anos 70, as idéias da “décroissance” ressurgiram no início do ano 2000 sob a forma de um movimento social com dimensão política, na França e, em seguida, na Europa (“decrescita”, em italiano, “degrowth”, em inglês). Sites para consulta: www.decroissance.org; www.decrescita.it; www.degrowth.net.

(15) A “Bolsa Floresta” é uma iniciativa original do estado do Amazonas: ela é a venda, no mercado internacional, da compensação

voluntária das emissões de CO₂ (de “créditos carbono”), gerada pelas ações de preservação da floresta. O governo do estado estima que é possível criar um fundo de cerca de um bilhão de dólares em cinco anos. Esses “créditos” virão de compromissos (verificados) de não-desflorestamento, assumidos por famílias de ribeirinhos, as quais receberão em troca uma bolsa mensal de 50 reais (aproximadamente 30 dólares, a mesma quantia da Bolsa Família, instaurada pelo presidente Lula para lutar contra a fome). Uma outra parte dos fundos será investida em medidas estruturais visando reorientar as atividades econômicas para que elas sejam mais respeitosas do meio ambiente.

(16) A grilagem é uma prática que consiste em falsificar documentos para se apropriar ilegalmente da terra (documentos falsos, assinaturas falsas, pressão sobre os pequenos camponeses, cumplicidade dos cadastros, etc). Um relatório de Greenpeace, em 2005, assustava-se, inclusive, com um mercado extremamente rentável na internet (várias centenas de milhões de euros de transações potenciais), implicando, nos estados amazônicos, parcelas que chegavam a atingir 2,3 milhões de hectares! Numerosas ofertas assinalavam que a propriedade “não dispunha” de documentos devidamente registrados no cadastro ... Um exemplo, entre outros: um anúncio propunha a venda de 900.000 hectares no município de Canutama (estado do Amazonas), ou seja, o equivalente a 30% do seu território, enquanto que 97% desse município é propriedade ... do governo federal brasileiro!

(17) Que se realizará do 27 de janeiro ao 1º de fevereiro de 2009.

(18) Um apelo ao boicote à madeira ilegal, à carne bovina e à soja, oriundos das terras desmatadas na Amazônia, está em curso atualmente no Brasil.

ANEXO 1

De que Amazônia estamos falando?

Quantas Amazônias diferentes existem, dependendo dos pontos de vista e dos diversos interesses em jogo? As abordagens são muito formatadas pela visão dos “atores” interessados.

Consequência: os números referentes à “Amazônia” podem variar de forma espetacular, pois nem sempre fica claro de que Amazônia se está falando. O ecossistema amazônico, por exemplo, não existe, administrativamente falando: qual é a sua população?

Desta forma, é difícil definir a realidade demográfica desse espaço, como veremos a seguir. E isto tem consequências políticas. Além do mais, por razões orçamentárias, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tem o hábito de simplificar o recenseamento da população rural amazônica e de proceder por avaliações.

Os limites da Amazônia geográfica



Fonte: NASA, WWF, Pflly.

O ecossistema amazônico

Enquanto espaço biogeográfico, a Amazônia é uma imensa bacia sedimentar caracterizada por sua cobertura florestal (delimitada em vermelho no mapa) e um clima tropicouatorial. Superfície: os números variam de 6,3 a 7,5 milhões de km² (segundo se considere a bacia hidrográfica, os ecossistemas, a cobertura florestal inicial ...), dos quais, entre 60 e 65% se encontram em território brasileiro.

Beneficiando de temperaturas médias anuais situadas entre 24° e 26°C e de uma pluviometria que atinge 3.000 mm por ano, esta bacia drena 20% das águas doces de superfície do planeta, e seus ecossistemas (o bioma amazônico não é uniforme) constituem a mais importante reserva de biodiversidade terrestre do globo.

Cerca de 17% da superfície florestal já desapareceu em 40 anos, e outros 17% são considerados muito degradados.



A Amazônia legal

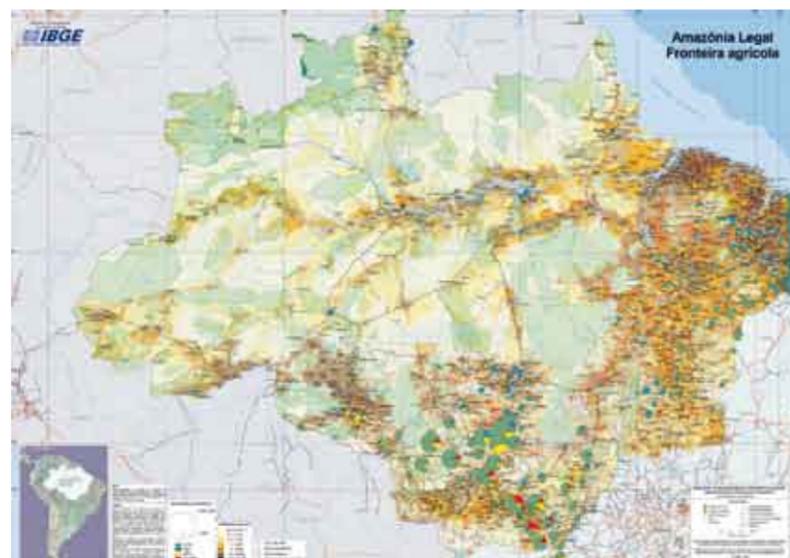
Desde 1953, o governo brasileiro definiu, para fins estratégicos e de planificação, uma “Amazônia legal”, perímetro que inclui os seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, bem como uma parte do Maranhão e cinco municipalidades de Goiás. Com cerca de 5,2 milhões de Km², essa área cobre 59% do território nacional e tem, aproximadamente, 21 milhões de habitantes. Nela se inserem projetos de infraestrutura e desenvolvimento.

A região Norte

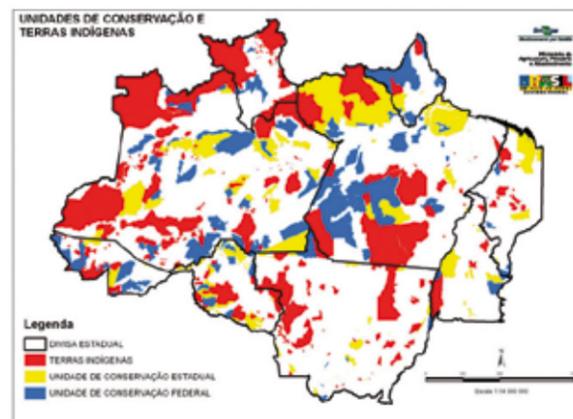
As cinco “regiões” do Brasil são divisões administrativas que agrupam vários estados e que correspondem aproximativamente às regiões “naturais” do país, servindo de base para as estatísticas do IBGE. Desta forma, a “região Norte”(nº(3) no mapa) – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, 3.851.560 Km², 45,2% do território nacional, cerca de 14,6 milhões de habitantes – corresponde aproximadamente à parte brasileira da bacia amazônica (que cobre 49,3% do país).

O avanço da fronteira agrícola na Amazônia

As principais áreas protegidas na Amazônia



Fonte: IBGE



Fonte: Ibama, Funai, Embrapa

ANEXO 2

Uma Amazônia internacional?

No ano 2000, Cristovam Buarque contou uma piada que ficou famosa. Durante um debate organizado numa universidade norte-americana, o futuro ministro da educação brasileiro, então militante da ala mais radical do Partido dos Trabalhadores (PT, partido do presidente Lula) é interpelado por um estudante: que pensa ele da idéia (particularmente sustentada por grupos ambientalistas norte-americanos) de se colocar a Amazônia sob tutela internacional, em nome do interesse que este bioma apresenta para a humanidade, e das questões planetárias que ele engloba – enorme reserva de biodiversidade, de recursos florestais, pólo de regulação climática, etc. Eu gostaria de ter a resposta do humanista, e não do brasileiro, precisa seu interlocutor.

A longa resposta de Cristovam Buarque, arrasadora, deu a volta do mundo web, e deleitou seus compatriotas, bem como ambientalistas que combatem o imperialismo tanto quanto a degradação da floresta⁽¹⁾. Em suma, convém o político, porque não “internacionalizar” a Amazônia, que o Brasil mal consegue impedir de virar fumaça?

Mas então, que passem igualmente sob tutela internacional, para escapar da inconseqüência de entidades locais irresponsáveis ou simplesmente para colocá-los à disposição da humanidade, todo um grupo de “bens comuns” mundiais: as reservas de petróleo, o capital financeiro e os arsenais nucleares dos países ricos – cujo poder de destruição dos povos ultrapassa em muito o dos exploradores da floresta – todos os grandes museus do mundo, que abrigam riquezas incalculáveis produzidas pelo gênio humano, e até mesmo as crianças, que são um patrimônio da humanidade. E para concluir, definitivo, Cristovam declara: “Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.”

(1) Essa resposta foi publicada no jornal O Globo de 10/10/2000 e pode ser consultada no site www.cristovam.org.br

ANEXO 3

A Amazônia nos convoca a renovar nosso compromisso para um outro mundo possível

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
outubro 2007

O Fórum Social Mundial é “um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra”.⁽¹⁾

A escolha da Amazônia para a realização em 2009 do FSM tem tudo para fazer jus à Carta de Princípios do Fórum. Por ter uma presença de mais de 40 anos na Amazônia brasileira, a Fase – Solidariedade e Educação – tem certeza que o FSM será enriquecedor para os habitantes da Amazônia e para todos os que compartilham da busca por projetos para o presente e o futuro da região. Mas também, ela está convencida de que todos/as os/as participantes do processo que levará ao FSM 2009 e do próprio Encontro sairão de Belém com uma compreensão renovada das alternativas necessárias para o mundo e com maior fortaleza na sua construção, pois acreditamos que a Amazônia tem algo a dizer para o mundo e para o FSM.

· A luta por uma Amazônia sustentável, solidária e democrática conta já com as forças de um conjunto amplo de movimentos sociais, associações, cooperativas e organizações da sociedade civil. Mencionamos, no caso do Brasil, a Coordena-

ção das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), as Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAG's), as Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF's), o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), a Via Campesina (com o MST, a CPT e outros), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, os movimentos populares urbanos, de mulheres, de quilombolas, as ONG's, pastorais sociais etc. A quase totalidade dessas organizações e movimentos sociais está articulada em redes e fóruns, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANAAmazonia), o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD, o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), os Fóruns Estaduais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG–Amazônia). Todas essas forças, ao mesmo tempo em que mostram a grande diversidade, a pluralidade e a vitalidade organizativas, sabem dialogar, procuram se unir e constroem alternativas de futuro com justiça socioambiental, que contemplem tanto as aspirações de cada setor quanto reforcem uma visão e um destino comuns.

· Essa multiplicidade de organizações reflete uma população e um território muito diversificados. Áreas de conservação integral, florestas nacionais, áreas de uso sustentável, reservas extrativistas florestais e marinhas, terras indígenas,

assentamentos, áreas de colonização, terras de quilombos, áreas florestais de gestão sustentável, inúmeras áreas de posse antiga por ribeirinhos e agroextrativistas, posses de pequenos produtores migrantes das últimas décadas; lagos, igarapés, rios e paranás manejados pelos ribeirinhos; regiões metropolitanas, pequenas e médias cidades, aglomerações urbanas nascidas ao redor de grandes empreendimentos, cidades garimpeiras, cidades ribeirinhas, agrovilas. A população amazônica, mulheres, homens e jovens, em particular os povos indígenas e as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e pescadores tradicionais, seringueiros, coletores de castanha e de essências florestais, quebradeiras de coco babaçu etc.), representa uma riqueza cultural enorme e um patrimônio incalculável para o Brasil. Não devem ser vistos como sobrevivência do passado, pois se adaptam continuamente e, lhes sendo propiciadas condições para tal, são totalmente habilitados a serem artífices centrais da construção de um projeto amazônico. Tampouco podem ser vistos sem a sua conexão com as cidades amazônicas. A proximidade e a sensibilidade da maior parte dos(as) habitantes das cidades amazônicas com o seu entorno ainda é grande.

· Frente ao acelerado desaparecimento da biodiversidade e à crise climática que já começa a provocar situações de injustiça climáticas que afetam principalmente os mais pobres, a Amazônia aparece como uma das últimas regiões do planeta ainda relativamente preservadas, preciosa tanto para a manutenção da biodiversidade quanto pelo papel que ela tem, positivo, se a floresta for conservada, e negativo, se ela for destruída e queimada, no regime de chuva continental e no clima continental e mundial. Neste sentido, ela deve ser compreendida como algo indispensável à vida da humanidade e, portanto, sua preservação, bem como a garantia da qualidade de vida de suas populações, se constituem num desafio não somente aos/as brasileiros(as), mas também ao conjunto dos povos do planeta.

· Em torno do destino da Amazônia se trava uma das batalhas mais importantes entre os países ricos e os países do sul, numa guerra em que se decidirá o ônus que recairá sobre cada país, na inevitável alocação dos custos da crise ambiental e das mudanças catastróficas do clima mundial. Os Estados mais poderosos, que têm padrões de produção e de consumo insustentáveis, dispendo de enormes recursos financeiros, tecnológicos e militares, em nome do bem comum, não abrirão mão da pretensão de controlar a Amazônia.

Tentam reproduzir, à custa dos nossos países, os atuais padrões insustentáveis de existência e as práticas de quinhentos anos de expropriação das riquezas e recursos energéticos dos países da América do Sul.

· No entanto, tanto os países que compõem a bacia amazônica quanto seus povos indígenas, as suas populações tradicionais e todos os que vivem na região há décadas, centenas ou milhares de anos, recusam qualquer ingerência externa sobre a Amazônia. A resistência dos povos indígenas e populações tradicionais é fundada na sua convicção de que são eles que cuidam da floresta e da sua biodiversidade até hoje e que, sem eles, ou eles sendo excluídos e marginalizados, a floresta, os cerrados e as águas desaparecerão ou serão empobrecidos. Eles estão nos dizendo que povos e formas de vida que eram considerados, na ótica do chamado desenvolvimentismo, como atrasados ou meros testemunhos do passado, têm algo a dizer sobre nosso futuro. Eles questionam o sentido desse desenvolvimento, o que é riqueza e o que é pobreza. Por sua grande diversidade, pelas múltiplas formas de manejo dos seus recursos naturais e as formas diversas como entendem o seu futuro, pela multiplicidade e a criatividade das alternativas que estão elaborando e já experimentando, eles nos dizem que o futuro não está num único desenvolvimento, falido, mas em múltiplas formas de vida e de sociedade.

· Em nome do desenvolvimento, do progresso e do emprego, a bacia amazônica está sendo aberta à sanha da destruição. Estradas, polidutos, linhas de transmissão de energia elétrica já atravessam a região ou estão sendo projetados para levar as riquezas dos nossos territórios para os mercados mundiais. Acelera-se a construção de barragens hidroelétricas, a exploração do petróleo e do gás, dos minerais, da madeira, de outros produtos florestais e das águas; a pecuária, as culturas da soja e de matéria-prima para agrocombustíveis, (além da soja, cana de açúcar, palma e eucalipto); agroindústrias, siderurgias e usinas de alumínio. Busca-se impor a idéia de que a minoria deve se sacrificar para o progresso geral, e que o meio ambiente não pode barrar o desenvolvimento. Mais: os que destroem conjuntamente o meio ambiente, a biodiversidade e a sociodiversidade, acabando com povos e populações locais, no afã de conservar seus mercados, se arrogam o título de campeões do desenvolvimento sustentável, a partir de uma massiva propaganda publicitária. A Amazônia nos convida a desmascarar a ideologia do desenvolvimento.

· A bacia amazônica está sendo invadida por um programa posto em obra pelos governos da região e bancos multilaterais chamado Iniciativa pela Integração sul-americana – IIRSA. A Amazônia é vista por esse programa tanto como obstáculo a ultrapassar para levar produtos e matérias-primas à Ásia, à América do Norte e à Europa pelo Pacífico, pelo Caribe ou pelo Atlântico, quanto como depositária e produtora, ela mesma, de matérias-primas e de *commodities*. E, junto com elas, exportam-se nossos solos, nossas florestas, nossas águas, o sofrimento e o sangue dos nossos povos e populações. Os/As amazônidas também querem energia, hidrovias e estradas. Também querem ter acesso a bens materiais que os insiram no mundo de hoje, e querem que todos os povos ao redor do mundo tenham o mesmo direito. Sabem que para isso precisa-se de minérios e de indústrias. Mas questionam que as suas riquezas estejam indo embora para o enriquecimento de uma minoria e para a perpetuação de um modelo de produção e de consumo insano.

· Os sujeitos econômicos presentes, direta ou indiretamente, na região, nos mostram que o capital internacional anda freqüentemente mancomunado com pessoas e setores econômicos nacionais que mantêm entre nós a mentalidade de aventureiros conquistadores e de senhores de escravos. Debaxo da floresta e nas suas áreas degradadas e desmatadas, grassa a violência – roubo e grilagem das terras, expulsões, discriminação e racismo, cerceamento da liberdade, escravidão, assassinatos, etnocídios... violência que vitima pessoas, comunidades e povos. Como não perceber que, por baixo do ideário do desenvolvimento que a civilização industrial nos promete, continua em curso o mesmo em-

preendimento de dominação classista e colonial multi-centenário? A nossa vivência amazônica nos ensina que avançaremos no caminho da paz, do respeito aos Direitos Humanos e da igualdade somente quando pudermos construir nas nossas sociedades um outro projeto de futuro do que hoje chamam de desenvolvimento.

A Amazônia é depositária de recursos biológicos e genéticos ainda largamente desconhecidos, mas, sem dúvida, preciosos para a humanidade; e seus povos são detentores de seculares e milenares conhecimentos sobre essa vida. Esses recursos e conhecimentos atraem a cobiça das grandes corporações que encabeçam a busca implacável pela privatização da vida e dos conhecimentos. Os povos indígenas e, depois deles, a população enraizada na região nos ensinam que a vida é uma dádiva e que somos parte da vida da Mãe Terra. A apropriação privada da vida é inconcebível, pois ela é feita para ser compartilhada. A Amazônia nos convida a recusar firmemente a lógica do mercado, das corporações transnacionais e das instâncias internacionais oficiais a seu serviço e a colocar no centro das suas preocupações a reconstrução do planeta, da humanidade e de novos paradigmas libertários como a solidariedade, a igualdade, o reconhecimento da diversidade, o respeito às diferenças, a responsabilidade, o cuidado. A Fase acredita que a realização do FSM 2009 na Amazônia é uma oportunidade histórica para a renovação das disputas, visões e projetos de futuro entre os que acreditam que outro mundo é possível, e que este outro mundo encontra nos conflitos e nas perspectivas existentes na Amazônia a tradução e síntese de nossos grandes desafios

1 Carta de Princípios do FSM, 2001

POSFÁCIO

A Amazônia e a governança mundial

Arnaud Blin



Foto: Miguel Chikaoka

Quando, no final de 2007, nós lançamos, com Gustavo Marin, o projeto de um Fórum para uma nova Governança Mundial, ficou estabelecido desde a nossa primeira reunião em Coubron, perto de Paris, que tal projeto só poderia se atribuir legitimidade se fossemos brigar no terreno dos problemas concretos, que do local ao global, segundo a expressão consagrada, são a fábrica da “governança mundial”. Em meio à dezena de regiões-chave que tínhamos identificado, o Brasil aparecia

evidentemente no alto da lista graças não só à sua importância, ao seu dinamismo e à sua capacidade de repensar a organização social, mas também pelo fato dele conter a maior parte da Amazônia. Além disso, foi no Brasil que nasceu o Fórum Social Mundial (FSM). Era portanto mais do que lógico que nosso périplo planetário começasse aqui, com nossos amigos do Ibase, agente principal do FSM. O seminário intitulado “De que Amazônia o mundo precisa?” devia ser, inicialmente, orientado sobre o Bra-

sil (tendo como título “De que Brasil o mundo precisa?”). Rapidamente, ficou claro que o tema da Amazônia apresentava, ainda mais que o Brasil, um atrativo particular para o nosso debate sobre a governança mundial. Foi então em torno deste tema que durante dois dias, em maio de 2008, nós nos reunimos com o Ibase e uma trintena de representantes da sociedade civil, particularmente interessados pela problemática amazônica.

Cândido Grzybowski e Patrick Piro nos forneceram, em seus textos respectivos, uma análise notável dos temas abordados e dos debates que animaram este seminário. Eu não pretenderei pois aqui acrescentar o que quer que seja a uma problemática que eles dominam infinitamente melhor do que eu. Entretanto, como esse seminário também faz parte de um projeto mais amplo, é importante determinar as pontes que poderiam ligar o Brasil e a Amazônia à governança mundial. Tal será o assunto deste posfácio.

A governança mundial

Mas em primeiro lugar, o que é essa governança mundial que o público associa geralmente quer às Nações Unidas, quer a um governo supranacional? Para ser simples, e para além das definições acadêmicas, pode-se dizer que a governança mundial é nada mais nada menos do que a gestão coletiva de nosso planeta, sob seus aspectos políticos e econômicos, mas também sociais, humanos e ambientais.

O fato de que se fale doravante de governança mundial e não mais exclusivamente de “relações internacionais”, mostra o caminho epistemológico percorrido em alguns anos, o qual modifica consideravelmente a visão que mantemos do nosso lugar no seio de um meio ambiente, cujo campo se alargou bruscamente de maneira importante. Porque a globalização é antes de mais nada uma explosão fantástica do espaço no qual se movem os indivíduos e as coletividades. Durante vários séculos, este espaço se conjugou no âmbito estreito do Estado-Nação, que englobava em fronteiras quase herméticas o campo físico e mental do indivíduo.

O Estado moderno é uma construção política com suas particularidades econômicas, sociais e culturais, na qual o caráter “nacional” tem primazia sobre todo o resto. Até muito recentemente, quer dizer até o fim do século XX, todos

os problemas do homem foram considerados sob o prisma da organização estatal, a única apta a resolver os problemas dentro de um país, assim como os problemas entre os países. Diversos regimes de governança mundial foram instaurados através dos séculos e dos continentes, e nenhum deles conseguiu, aliás, resolver um problema dos mais simples (na teoria) e dos mais complicados (na prática): o da guerra. Se o ser humano transcende seu espaço, ele o faz apenas por razões mesquinhas nacionalistas e belicosas: a conquista da lua é um produto direto da guerra fria, simbolizado pelo espetacular, mas não menos patético, desdobramento da bandeira estadunidense sobre o solo lunar. Num outro registro, os formidáveis avanços realizados pelas ciências físicas no início do século XX, que permitem decompor o átomo, conduzem dramaticamente à bomba nuclear e a Hiroshima e Nagasaki. Quanto aos grandes arroubos ideológicos universalistas de um século XIX que tenta se libertar de sua coleira de ferro estreita, eles desembocam miseravelmente nos Goulags da Sibéria.

Historicamente, a resolução dos problemas “internacionais” sempre se fez por intermédio dos Estados. A emergência do Ocidente no século XVI acabou com a hegemonia dos grandes impérios que dominavam o espaço geopolítico desde milênios. Após um período de busca, a Europa instaura um sistema, no século XVII, que conta com a hegemonia política (dos países pertencentes ao sistema), o respeito absoluto da soberania nacional (dos membros do sistema) e o equilíbrio das (grandes) potências. É esse sistema que permite aos europeus colonizar uma boa parte do planeta, impondo, para o melhor e o pior, seu modelo de organização política, econômica e social. A Organização das Nações Unidas (ONU) é de certa forma uma continuação desse sistema, mesmo se a “segurança coletiva” substitui o equilíbrio e mesmo que, teoricamente, todos os Estados membros tenham direitos iguais. A ONU é antes de tudo um conglomerado de Estados (192 em 2008). Se ela está enfraquecida, não é enquanto instituição, mas sim porque ela só faz traduzir a vontade, ou a falta de vontade, dos Estados que a compõem. Após a Segunda Guerra mundial, a guerra fria mantém o novo sistema “inter-Estatal” que, como os precedentes, se manifesta através de um jogo de equilíbrio entre as grandes potências, as quais utilizam seus parceiros de circunstância para assentar sua hegemonia e para conter o adversário.

Quatro eventos vão se conjugar, modificando consideravelmente o tabuleiro planetário: o desmoronamento da URSS; a globalização e seus efeitos; a tomada de consciência da ameaça ao meio ambiente; a democratização do mundo geopolítico que favorece, entre outras coisas, a emergência da sociedade civil. Esses acontecimentos ou movimentos “maiores” se aliam e induzem, na passagem para o nosso século, uma ruptura histórica cuja plenitude nos é hoje difícil de apreender completamente. Ora, a grande dificuldade, hoje em dia, é precisamente definir as novas regras de um jogo que mudou, mas que vê os antigos papéis principais ocuparem sempre uma posição de destaque na cena.

A consequência primeira desta defasagem é uma incapacidade flagrante de apreender e de resolver os problemas com que nos defrontamos a partir de agora, problemas sensivelmente diferentes daqueles que nos ocupavam até pouco tempo e que se resumiam para muitos na dicotomia guerra/paz. Para complicar nossa visão já bastante embaralhada da nova realidade, vários acontecimentos dominaram as mídias nesses últimos anos, impedindo-nos de nos projetar rumo a um futuro que no entanto já chegou. Os atentados islamitas, a guerra no Iraque e, mais recentemente, a incursão das tropas russas na Geórgia são episódios que, por mais importantes que eles sejam, pertencem historicamente ao mundo de ontem. Todos são uma consequência dos afrontamentos da guerra fria, todos obedecem às leis que regiam as relações de força clássicas. Ora, se o mundo deve mudar, é imperativo que novos modos operatórios sejam instaurados. Se falávamos outrora de “regimes” ou de “sistemas” internacionais, a nova “governança mundial” não poderá funcionar senão através de redes e de parcerias entre “atores”⁽¹⁾, a legitimidade do edifício encontrando sua fonte na promoção ativa da cidadania e da democracia no seu sentido mais amplo, a pertinência dos arranjos institucionais instaurados, e a articulação das escalas de governança permitindo que esta arquitetura funcione e cubra o conjunto dos problemas que podemos encontrar.

É portanto nesse sentido que nós lançamos este Fórum para uma nova Governança Mundial, que tem por objetivo não somente identificar os novos modos de governança globais e os “atores” que dele participam, mas também encontrar as maneiras de pô-los em prática. O Brasil nos pareceu de imediato um terreno particularmente propício para um primeiro debate sobre a gover-

nança mundial, tanto pela complexidade que o caracteriza, quanto pelo fato de que hoje, e apesar das críticas que podemos emitir em relação a seu governo, esse país busca soluções inovadoras para os problemas que afetam sua sociedade em transição, a qual reflete sob vários aspectos a sociedade-mundo, que assume sua plena medida no século XXI e que, como assinala Cândido Grzybowski, deve enfrentar uma “crise de civilização”.

A emergência do Brasil

Nesse contexto novo e nesse mundo em efervescência, o papel que se impõem ao Brasil parece ainda mais importante. Por seu tamanho, seu dinamismo econômico, sua complexidade, sua posição geográfica, o Brasil corresponde às novas normas físicas dos Estados emergentes, que à maneira da China e da Índia, têm uma escala continental. Ora, se sabemos que o “choque das civilizações” é uma ficção (ou um anacronismo), provavelmente é no realinhamento das grandes regiões geoestratégicas que o mundo de amanhã vai se redesenhar. O Brasil, país-continente ou quase, corresponde a este novo modelo. Contrariamente à China, ele realizou sua modernização no plano econômico, mas também nos domínios político e social. Comparativamente, é o único país desse tamanho – o Chile é um outro caso clássico, mas com proporções físicas mais modestas e uma maior homogeneidade social – a ter realizado tanto, em tantos domínios.

Todavia, este crescimento brasileiro não se fez sem efeitos perversos, aos quais se somou um passivo herdado do passado – pensemos nas desigualdades econômicas e sociais gritantes ou ainda na herança da colonização – que fazem com que o Brasil seja um microcosmo da modernização pós-industrial com suas contradições. De fato, as grandes ameaças do momento, e aquelas de amanhã, estão realçadas e exacerbadas no Brasil de hoje, que se trate da insegurança crônica e de todos os males ligados a uma urbanização rápida, das ameaças ao meio ambiente, da dificuldade de reduzir o fosso entre os muito ricos e os muito pobres, ou ainda, entre as regiões subdesenvolvidas e as regiões industrializadas.

Assim como o mundo depois da guerra fria, o Brasil procura seu lugar no seio de um planeta que evolui tão rápido quanto o próprio país. Os debates acadêmicos que se efetuam há alguns

anos no Brasil sobre os paradigmas geopolíticos (com, por exemplo, a retomada de interesse pela realpolitik) ou geoeconômicos (debates sobre a teoria da dependência, o modelo neoliberal, ou o da terceira via, etc ...), simbolizam essa busca de uma visão global que permitiria apreender o lugar deste país no mundo.

No plano geopolítico, o papel do Brasil é igualmente interessante, sobretudo aos olhos da regressão comparativa que atinge os Estados Unidos há alguns anos, regressão que, sem significar necessariamente o “fim do império”, afeta um certo número de domínios, tanto políticos (violação dos direitos humanos e das liberdades, crise eleitoral de 2000) quanto sociais (crise da saúde pública, questionamento do sistema meritocrático e de promoção social, questionamento ou rejeição de certas aquisições sociais), econômicos (crise imobiliária, problema da dívida), e até mesmo científicos (recurso relativo em comparação às potências emergentes). Mais visível, embora mais facilmente reversível, a política exterior dos Estados Unidos, desde a eleição de George W. Bush em 2000, se mostrou desastrosa, dando um sério golpe na credibilidade internacional do país, inclusive na América Latina, aonde Washington já não gozava de uma reputação acima de qualquer suspeita ...

A progressão intrínseca do Brasil, o prestígio e a notoriedade crescentes que ele ganhou com a ascensão de um antigo sindicalista à presidência da república – quaisquer que sejam as críticas que se possa fazer a respeito da implementação política de Lula – contribuíram para modificar consideravelmente a configuração geoestratégica do continente americano e, conseqüentemente, do conjunto do planeta. O resultado é um Brasil que ganha poder e se impõe definitivamente como o parceiro privilegiado dos Estados Unidos na América do Sul, parceiro doravante capaz de contrabalançar o gigante do Norte (contrariamente à Venezuela) e que é, também, a peça do tabuleiro da qual os Estados Unidos necessitam absolutamente, se eles quiserem continuar a ter peso sobre o destino do continente, e até mesmo se quiserem impedir a “ingerência” regional de elementos cada vez mais ativos como a China.

Mais importante ainda, o Brasil propõe ao mundo um modelo diferente – do modelo estadunidense especialmente – mas sensivelmente atrativo, sobretudo de um ponto de vista comparativo. País do “Sul”, embora tendo um passado colonial que lembra sob certos aspectos o dos Es-



Foto: Miguel Chikaoaka

tados Unidos, o Brasil tem a vantagem incomparável de estar dissociado, nos espíritos, dos países do Norte e de outras nações com um passado imperialista, próximo ou longínquo. Num mundo aonde a Europa, os Estados Unidos, a China, o Iran, o “mundo islâmico” e mesmo a Índia têm, por diversas razões, um poder de atração global limitado, o Brasil apresenta qualidades que dão uma força particular ao seu modelo.

Assim, tanto do ponto de vista prático quanto simbólico – e nesse domínio, a imagem do êxito da mistura étnica brasileira é forte e eloquente, desde a sua teorização e popularização por Gilberto Freyre – o Brasil se coloca hoje como um belo exemplo, numa época em que, justamente, o planeta busca modelos que conjuguem modernização, integração, proteção social e ambiental, e também, qualidade de vida. O fato de o Brasil estar igualmente confrontado a toda uma série

de problemas torna este modelo mais humano, enquanto que nossa fé no ideal do progresso não é mais o que ela era no tempo das Luzes ou durante a idade de ouro das ideologias socialistas. E, contrariamente aos modelos franceses e americanos dos séculos XVIII e XIX, e os modelos comunistas do século XX, a busca de um modelo “universal” rejeita hoje a noção de um modelo universalista. Nesse sentido, o Brasil talvez seja o modelo do qual o mundo precisa agora.

A Amazônia como laboratório do mundo?

Foi por um acaso histórico, sob a forma do famoso Tratado de Tordesilhas, que via o papado dividir um continente americano ainda não explorado entre as duas potências ibéricas, que o Brasil, depois de Portugal, herdou o “pulmão” do planeta, a Amazônia, cujo nome evoca essas guerreiras lendárias da mitologia grega que os primeiros conquistadores pensaram ter visto às margens do grande rio.

A Amazônia, é um fato, reflete em todos os pontos a desmedida, mais ainda que o próprio Brasil.

Talvez seja essa a razão pela qual este seminário que, de início, tinha o Brasil como tema, se metamorfoseou gradualmente num debate sobre a Amazônia, enquanto o Brasil, finalmente, passou para o segundo plano.

Pois, no final das contas, focalizando inicialmente o Brasil, nós nos tornamos de certa forma culpados, por apreender o mundo de uma maneira anacrônica, quer dizer, privilegiando mais um Estado ou uma nação do que uma sociedade ou um território. Ora, é uma evidência, a problemática amazônica ultrapassa o âmbito brasileiro. E, finalmente, ela é mais rica, mais interessante e ainda mais complexa já que ela reclama um outro campo mental e outros modos operatórios, diferentes daqueles aos quais estamos habituados. E, como sugere Patrick Piro, “o canteiro de obras do futuro da Amazônia está virgem”. Constatação sem apelo, mas que permite partir teoricamente de novas bases, pois, sempre segundo P. Piro, “A Amazônia é um dos lugares aonde se exprime com mais força o debate sobre o pós-capitalismo.”

Pós-capitalismo, pós-Estado Nação: nós sabemos que o mundo está mudando. Todavia, dois

problemas se colocam: primeiro, as rupturas históricas são apenas parciais; os resíduos do passado subsistem e formam bases que vão servir para a construção de nossas novas “placas civilizacionais”. Durante um tempo, o da ruptura, os modos de funcionamento do passado permanecem enraizados e é preciso viver com essa bagagem pesada que, aliás, é indispensável para que nossas estruturas não desmoronem de uma só vez: a ruptura não é uma revolução. Em seguida, é extremamente difícil pensar o futuro, ainda mais globalmente. Ora, a soma de soluções locais não constitui uma solução global. Se precisamos de soluções concretas, é preciso também desenvolver, em primeiro lugar, um pensamento coerente sobre os novos modos de governança. As soluções concretas que fervilham na Amazônia, e que se podem aplicar a outros contextos, podem nos ajudar a desenvolver esse pensamento, mais é preciso ir além. O papel dos “atores” é primordial. E, nessa perspectiva, não é supérfluo lembrar algumas estratégias de ação elaboradas ao longo do seminário:

- . primeiramente, consolidar um contra-poder face ao bloco “ultra dominante” dos destruidores;
- . favorecer as alianças internacionais, reforçando, ao mesmo tempo, os “atores” locais;
- . facilitar a aproximação entre as comunidades indígenas e os movimentos sociais.

Vê-se que esta abordagem pode se aplicar a uma dimensão global segundo alguns dos princípios-chave da governança democrática, a começar por aquele dos contra-poderes, princípio esse sobre o qual os países fundadores norteamericanos fizeram a pedra angular de seu sistema político e cuja importância não se saberia superestimar hoje, no momento da globalização (lições esquecidas, aliás, seja dito de passagem, pelos dirigentes norteamericanos atuais). Mas os contra-poderes, difíceis de serem instaurados nos sistemas políticos fechados, são ainda mais complicados de serem postos em prática nos sistemas abertos, ou seja, aqueles que não beneficiam de um regime de governança viável: como é o caso da Amazônia, como é o caso do mundo na sua globalidade. Mais fácil é a instauração de sistemas de alianças, sabendo que esses sistemas têm um alcance limitado. Vê-se igualmente que, a nível dos Estados, a vontade dos governos está submetida às demandas dos predadores econômicos, os interesses desses últimos indo evidentemente ao encontro do interesse geral, apesar da retórica lancinante do “crescimento econômico”, supostamente a serviço da felicidade de toda a humanidade.



Foto: Miguel Chikaoka

A elaboração de sistemas de contrabalanceamento é portanto indispensável para o futuro da governança mundial, como ela o é para a Amazônia. Que contrabalanceamentos? A gama habitual é fácil de enumerar: sistemas jurídicos eficazes, legislação adaptada, fortalecimento dos sindicatos, papel de importância crescente da sociedade civil, etc. Mais difícil, é pô-la em prática. Por quem? Com quem? Como? Com que meios? Mais uma vez, os países jogam uma partida ambígua. Mesmo com um Lula, constata-se que os governantes estão fechados na sua própria lógica política e que, finalmente, eles dispõem de uma margem de manobra extremamente fraca. O Estado tem por missão primeira proteger o cidadão e as comunidades contra os predadores, mas também contra eles próprios, desde que se calcule a longo prazo. Vê-se, na escala amazônica, o quanto é difícil realizar esta tarefa primeira e todavia essencial. A título de exemplo, o problema da terra, no qual se cristalizam todas as falhas da governança amazônica, pode simbolizar a incúria dos poderes públicos.

Na escala macro-política, as dificuldades encontradas pelos nove “países amazônicos” para elaborar uma estratégia comum para a Amazônia indicam claramente que será muito difícil para duzentos Estados se entenderem sobre o futuro do planeta. Paradoxalmente, se o Estado é um elemento essencial da governança, ele é também um obstáculo à boa governança. Os contra-poderes devem primeiramente se desenvolver para limitar o papel do Estado, ajudando-o, ao mesmo tempo, a executar corretamente suas tarefas. A nível local, o passivo pesado das políticas sucessivas que marcaram a história recente da Amazônia reforçam a suspeição mútua. Nesse âmbito também as mentalidades deverão evoluir.

No entanto, uma coisa é certa, a “internacionalização” da Amazônia parece, pelo menos a médio prazo, inviável e até mesmo inaceitável. A Amazônia, assim como o conjunto dos territórios do planeta, com exceção dos oceanos, “pertence” aos Estados, para o melhor e o pior, e as “contri-

buições” exteriores se revelaram essencialmente predadoras. Apesar disto, e sem ultrapassar as prerrogativas de soberania nacional do Brasil, do Peru e dos outros “países amazônicos”, é imperativo que a comunidade internacional sustente o projeto amazônico, tanto financeiramente quanto tecnicamente, e até mesmo moralmente, com uma implicação crescente nos diversos projetos e iniciativas empreendidas pelos governos locais e nacionais, pelas comunidades, as associações e as ONGs. Esse apoio ativo assume formas tão variadas quanto numerosas e poderia eventualmente ser coordenado por uma grande agência internacional criada para este fim, que ela faça ou não parte do sistema onusiano.

Além dos projetos clássicos, uma política de articulação das redes e das iniciativas constitui uma prioridade, cuja instalação poderia ser confiada a uma tal agência. Para tanto, as modalidades deste apoio devem levar em conta os orgulhos nacionais. Bem organizado, esse suporte pode incitar os governos a se implicar mais e melhor. Aqui também, afim de limitar os inevitáveis efeitos perversos, convém refletir cuidadosamente à instalação de uma tal política, coordenando os esforços com os governos, mas também, e sobretudo, com as organizações implantadas localmente. Ora, se conhece doravante a capacidade das ONGs e dos organismos internacionais de complicar uma situação que eles, por essência, deveriam melhorar.

A Amazônia são muitas coisas. Na perspectiva da governança mundial, ela é, de uma certa maneira, um formidável laboratório. Ela permite, entre outras coisas, examinar com uma lente de aumento os efeitos negativos do produtivismo e a montagem ecológica que torna possível disfarçá-lo com diversos trajes, dentre os quais, o do “desenvolvimento sustentável”. A urbanização galopante, a violação dos direitos humanos, a multiplicação dos conflitos (enumeram-se quatorze tipos de conflito para centenas de casos na Amazônia), a proteção das populações indígenas, sua participação ativa na governança local, são igualmente problemáticas que concernem a totalidade do planeta, sem falar do meio ambiente, é claro. Porém o mais interessante na Amazônia, talvez seja essa pluralidade de iniciativas locais, inclusive no meio das populações indígenas, que testemunham a possibilidade real e concreta de uma organização diferente, afim de combinar uma economia local sã, uma boa coesão social e um modelo de desenvolvimento sustentável não disfarçado dessa vez. O que faz da Amazônia “um território de soluções”.

De uma maneira mais geral, o problema amazônico ajuda a colocar certas questões fundamentais sobre o futuro da humanidade, o primeiro – grande – problema sendo o da justiça social. Em outros termos, como construir um novo modelo de civilização que promova a justiça social? Como montar uma nova arquitetura social que nos permita viver juntos? Os pensadores, à exemplo John Rawls, prepararam o terreno filosófico propondo novas teorias da justiça social. A opinião pública começa a aderir exprimindo novas exigências neste domínio. Falta fazer o mais difícil: instaurar sistemas que protejam os mais fracos e que aplainem as diferenças econômicas e sociais mais gritantes. Mas a justiça social não conhece fronteiras e, mais uma vez, a divisão do mundo em nações é, em si, uma injustiça, já que o simples fato de nascer em um lugar determina a sorte de um indivíduo, visto que ele não tem liberdade para circular por onde quiser, mesmo que tenha meios para isso, e que ele não tem acesso aos mesmos recursos que seu vizinho, do outro lado da fronteira. A dimensão “extra-nacional” da Amazônia pode, mais uma vez, abrir campos interessantes já que a noção de fronteira é aqui, por força das circunstâncias, muito mais flexível que em outro lugar.

O caso amazônico recoloca sobre a mesa uma outra noção imutável da história das civilizações: a noção da propriedade privada. As diferentes crises que abalam os povos amazônicos nos obrigam a repensar a “propriedade privada” e introduzem – ou reintroduzem – outros conceitos como a noção de “território dos povos” ou ainda a de “território de vida”, sem que se esteja obrigado a recorrer, como se fazia até pouco tempo, a uma interpretação marxista da história e da propriedade privada que pode ser problemática. Uma vez mais, é a gestão coletiva dos territórios que deve ser repensada, nas suas múltiplas dimensões. A propriedade privada, assim como a injustiça social, talvez não esteja fundamentada na natureza. Trata-se aqui de uma constatação que o mundo industrializado terá dificuldade em interiorizar, já que ela recoloca em questão as próprias bases do sistema liberal.

A Amazônia nos possibilita refletir sobre um outro conceito emergente, o da “responsabilidade de proteger”. Esse conceito, que segue ao famoso “direito de ingerência” (o qual havia “recolocado sobre a mesa”, nos anos 90, uma outra noção inalterável, a da “inviolabilidade da soberania nacional”), foi até agora utilizado para tentar proteger as populações ameaçadas pelas guerras

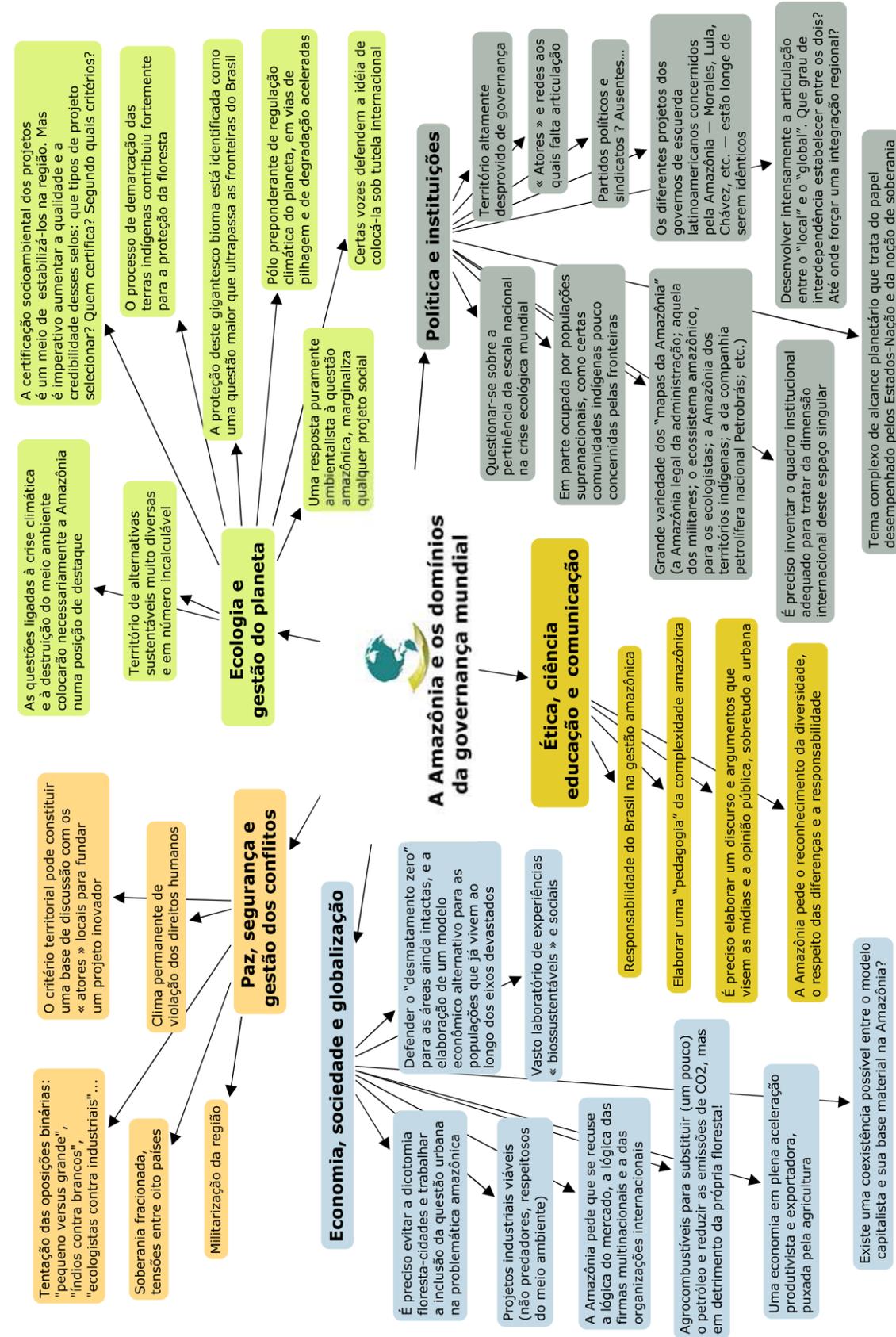
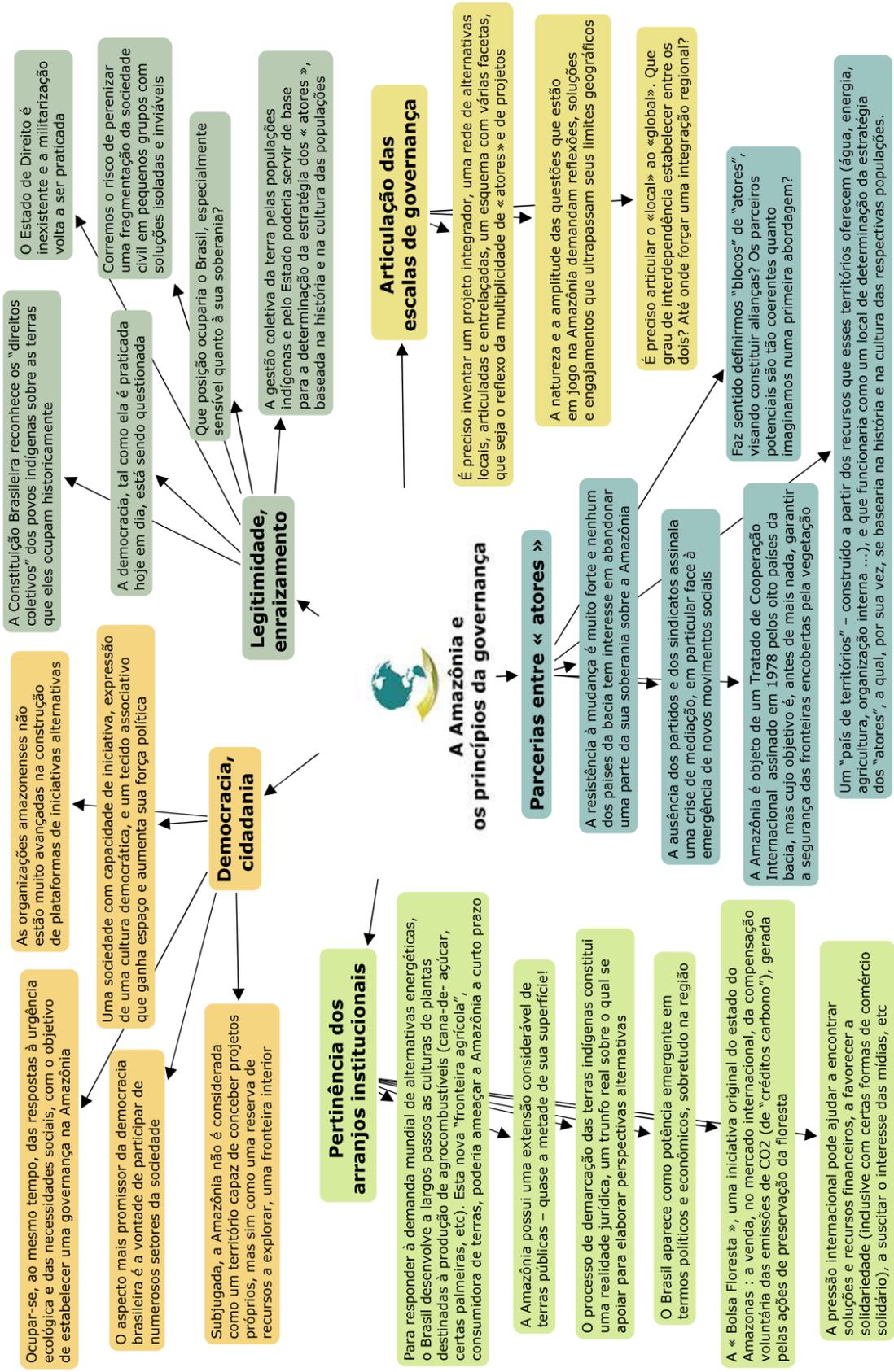
civis. Poder-se-ia considerar que a responsabilidade de proteger pode ser igualmente estendida à proteção dos povos fragilizados face à degradação econômica. Porque não alargar também a perspectiva para englobar a responsabilidade de proteger o meio ambiente? Como? Aqui, novamente, as modalidades dessas ações permanecem extremamente indefinidas e tendem a se manter assim tanto mais que se atacam interesses e “atores” poderosos que não desejam de forma alguma ver suas ações entravadas.

No mais, na Amazônia como no conjunto do planeta, é importante diferenciar claramente o que deveria ser feito do que poderia ser feito, esta distinção tendo uma relação, aliás, com a diferenciação entre as estratégias a curto e médio prazo, por um lado, e as estratégias a longo prazo, por outro. Se é vital não ter medo de desenvolver um pensamento utópico para o futuro da Amazônia e do planeta, é igualmente importante definir estratégias que possibilitem tratar a realidade imediata. Ora, esta nos parece passar

por três tipos muito concretos de abordagem, que além disso serviram de base estrutural para as proposições surgidas do nosso seminário: a *sistematização* do que já existe e do que já foi feito; a *articulação* e a *construção* de alianças a nível local, regional e planetário; a *comunicação* e a *difusão* da informação.

Sem entrar aqui nos detalhes destes três eixos, apostemos que o FSM possa servir de catalisador para a elaboração deste tríptico estratégico colocando sobre a mesa um certo número de proposições concretas para o futuro da Amazônia. O que está em jogo é importante: o futuro da Amazônia poderia anunciar e até determinar o futuro do resto do mundo.

(1) O termo ator(es) é utilizado aqui, como no texto anexo de Patrick Piro, para designar todo elemento atuante num determinado contexto (N.d.T.)



Lista dos participantes

| NOME COMPLETO | INSTITUIÇÃO | E-MAIL |
|-------------------------------|--|------------------------------------|
| Aldalice Otterloo | UNIPOP ABONG | aotterloo@unipop.org.br |
| André Zabłudowski | FSM – Rio de Janeiro | andzabespo5@yahoo.com.br |
| Antonio Martins | ATTAC | antoniomartinsbrasil@gmail.com |
| Arnaud Blin | Fórum para uma nova Governança Mundial | blinarnaud@yahoo.com |
| Aurélio Vianna | Fundação FORD | a.vianna@fordfound.org |
| Camila Moreno | CPDA Terra de Direitos | cc_moreno@yahoo.com |
| Custódio Dumas | Social Watch (Moçambique) | cdnesta@gmail.com |
| Daltro Paiva | APACC | daltropaiva@yahoo.com.br |
| Demba Moussa Dembele | AFS | dembuss@hotmail.com |
| Fatima Mello | FASE | fmello@fase.org.br |
| Francisco Whitaker | CBJP | intercom@cidadania.org.br |
| Gustavo Marin | Fórum para uma nova Governança Mundial - FPH | gustavo-marin@world-governance.org |
| Ivônio Barros Nunes | | ivonio@intertexto.net |
| Jean-Pierre Leroy | FASE | jpierre@fase.org.br |
| José Corrêa | ATTAC | jcleite@dglnet.com.br |
| Kinda Mohamadiel | Arab NGO Network for Development | kinda.mohamadiel@annel.org |
| Luiz Novoa | ATTAC Fórum Indep. Popular Madeira | l.novoa@uol.com.br |
| Marcelo Furtado | Greenpeace | mfurtado@dialb.greenpeace.org |
| Maria Glória Figueiredo Souza | FSM - Rio Ação da Cidadania | gloriafs@globo.com |
| Nelson Delgado | CPDA | nelsongd@terra.com.br |
| Patrick Piro | Politis (França) | patrickpiro@free.fr |
| Saete Valesan | IFP | saete@paulofreire.org |
| Thomas Fatheuer | Fund. H. BOELL | thomas.fatheuer@boell.org.br |

CONFIRMADOS(AS) DO IBASE

| | | | |
|--------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Cândido Grzybowski | candido@ibase.br | Manoela Roland | mroland@ibase.br |
| Dulce Pandolfi | dulce@ibase.br | Luciano Cerqueira | lcerqueira@ibase.br |
| Nahyda Franca | nahyda@ibase.br | Athayde Motta | athayde@ibase.br |
| Moema Miranda | moema@ibase.br | Fernanda Carvalho | fernanda@ibase.br |
| Carlos Tautz | autz@ibase.br | Rogério Jordão | imprensa@ibase.br |
| Luciana Badin | lucianab@ibase.br | | |

De que Brasil e de que Amazônia o mundo precisa ?

Se a Amazônia concentra tantos perigos, não somente para seus habitantes, mas também para o equilíbrio ecológico do planeta, ela representa igualmente um território de vida e de porvir. Nada está perdido de antemão. No alvorecer do século XXI, ela poderá se tornar um desses lugares essenciais onde a humanidade encontrará os recursos biológicos, políticos e culturais para uma nova relação com a biosfera e um novo relacionamento entre os povos, fundados na dignidade e na solidariedade.

Eis aqui o desafio : inserir a Amazônia no debate sobre como construir um outro mundo, de justiça social e sustentabilidade, de igualdade na diversidade, de direitos de cidadania com responsabilidades compartilhadas.

Conjunto dos trabalhos realizados pelo Fórum para uma nova Governança Mundial e pelo Ibase, em maio de 2008 no Rio de Janeiro, com o apoio da Fundação Charles Léopold Mayer.



www.world-governance.org/



www.ibase.br

